



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0321/09	DATA: 14/04/2009
INÍCIO: 14h56min	TÉRMINO: 18h21min	DURAÇÃO: 03h24min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h24min	PÁGINAS: 75	QUARTOS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

IVONE MARIA VALENTE – Diretora do Departamento de Minimização de Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.

JOSÉ WILSON PEREIRA – Coordenador-Geral de Articulação e Gestão da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.

HUDSON BRAGA – Subsecretário de Estado Executivo do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

DOUGLAS JÚNIOR – Representante da Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro.

JOSÉ ELIEZER TOSTES PINTO – Prefeito Municipal de Lages do Muriaé, Estado do Rio de Janeiro.

LUCAS ALVES – Secretário-Executivo da Defesa Civil do Estado de Minas Gerais.

MÁRCIO LUIZ ALVES – Diretor Estadual da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina.

ISMAR BARBOSA CRUZ – Titular da 4ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU.

FÁBIO FIEDLER – Vereador do Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

SUMÁRIO: Discussão sobre o andamento do cronograma de liberação dos recursos federais para os municípios em estado de calamidade ou emergência dos Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais, em decorrência dos eventos climáticos ocorridos em 2008 e 2009.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Declaro aberta a reunião de audiência pública destinada a discutir o andamento do cronograma de liberação dos recursos federais para os municípios em estado de calamidade ou emergência dos Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais, em decorrência dos eventos climáticos ocorridos em 2008 e 2009.

Aprovado o Requerimento nº 135/2009, de autoria dos Deputados José Carlos Vieira, Márcio Reinaldo Moreira e Felipe Bornier.

Inicialmente, convido para tomarem assento à Mesa os seguintes convidados ou representantes: Sra. Ivone Maria Valente, Diretora do Departamento de Minimização de Desastres, que representa o Ministério da Integração Nacional; Cel. José Wilson Pereira, Coordenador-Geral de Articulação e Gestão da Secretaria Nacional de Defesa Civil, que também representa o Ministério da Integração Nacional; Sr. Hudson Braga, Secretário-Executivo de Obras, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro; Tenente-Coronel Lucas Alves, Secretário-Executivo da Defesa Civil do Estado de Minas Gerais, representante do Estado; **Sr. Ismar Barbosa Cruz**, titular da 4ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União; o Major Márcio Luiz Alves, Diretor Estadual da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, que representa também o Estado; o Sr. José Eliezer, Presidente do Consórcio de Saúde Pública do Noroeste Fluminense.

Expediente.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento de expediente da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados sobre deferimento da indicação do Deputado e ex-Ministro Humberto Souto, do PPS de Minas Gerais, como suplente desta Comissão, em substituição ao Deputado Francisco Tenório, do PMN de Alagoas.

Essa foi uma conquista do Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Muito bem-vindo, Deputado Humberto Souto, ex-Ministro do Tribunal de Contas da União, que passará a fazer parte desta Comissão.

Comunico ainda aos Srs. Deputados que amanhã haverá reunião ordinária da Comissão, a ser realizada às 10h, no Plenário nº 9.

Na próxima quinta-feira, às 9h30, audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, destinada a

[P\_19681] Comentário: Supervisor.:Graç

[p2] Comentário: Sessão:0321/09 Quarto  
Taq.:Marcus Vinícius Rev.:

[p3] Comentário: Sessão:0321/09 Quarto  
Taq.:Nelci Rev.:



discutir as providências que estão sendo tomadas com relação aos repasses de dinheiro ao MST por entidades interpostas, conforme apurado pelo TCU. Convidamos todos os Deputados a participarem dessa audiência pública conjunta.

Antes de iniciar as exposições, esclareço aos convidados e ao Plenário que, devido ao grande número de expositores e o assunto ser efetivamente muito importante, cada um terá muito a dizer, teremos de limitar o tempo em 10 minutos para cada expositor.

Os Deputados interpelarão, ao final de todas as exposições, pelo tempo de 3 minutos, com direito a réplica e tréplica, que poderemos combinar na hora.

Enfatizo aos Deputados presentes para serem bastante objetivos, pois a Ordem do Dia poderá ser iniciada e prejudicar os nossos trabalhos.

Iniciando os trabalhos, concedo a palavra ao Deputado José Carlos Vieira, do DEM de Santa Catarina, um dos autores do requerimento para realização desta audiência pública.

Acrescento que S.Exa. usará a palavra em nome dos 3 Deputados e falará sobre o objetivo da audiência pública. Depois, passaremos a palavra aos expositores. Em seguida, iremos ao debate.

Com a palavra o Deputado José Carlos Vieira.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA** - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., os demais pares, as autoridades nominadas, bem como os Srs. Prefeitos e Vereadores e os demais que nos acompanham pela *TV Câmara* e *Rádio Câmara*.

É um momento extremamente importante este que vivemos nesta Câmara dos Deputados.

Vamos tratar não só do repasse de recursos, da defesa civil, dos problemas decorrentes de eventos climáticos que acontecem em nosso País, mas também de pessoas atingidas, de situação de calamidade pública, de situação de emergência, de famílias destruídas, de propriedades arrasadas.

Vamos falar de situações que comoveram todos, como acontece em Santa Catarina, naqueles dias em que a TV captou as imagens e transmitiu para o Brasil.

Aliás, cabe mais uma vez agradecer a todos que solidariamente estiveram presentes naqueles momentos, mandando roupas, víveres, dinheiro nas contas para



o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tenho certeza de que falo isso em nome dos demais Deputados que firmaram o abaixo-assinado do requerimento.

Passado aquele momento, o que queremos falar, Sr. Presidente, prezadas autoridades, é que o sofrimento permanece. Estamos há 5 meses das enchentes em Santa Catarina e as pessoas ainda estão acampadas, ainda estão nos galpões. Quero repetir o que, na semana passada, o Prefeito de Gaspar, um pequeno município que teve muita dificuldade, disse aqui, ao lado da sua esposa. É um Prefeito do PT, muito trabalhador, enfim, eleito nas últimas eleições. Disse: *“Olha, eu não saio pela porta dos fundos da Prefeitura. Eu saio todo dia pela porta da frente e tenho, todos os dias, de responder a mesma pergunta: ‘Quando é que as pessoas vão sair dos galpões?’ São 31 famílias que estão ali, mas há 480 outras famílias morando de forma improvisada”*.

Em Blumenau, são 2.700 famílias; em Itajaí, outras tantas. Somando, em Santa Catarina há 6 mil famílias. O reclamo tem sido o mesmo. São 108 municípios, e os Prefeitos não receberam ainda os recursos. Quando vão receber? Essa é a questão.

Não pretendemos expor nenhuma entidade envolvida no processo ou fazer crítica destrutiva. Pelo contrário. Nós queremos encontrar um caminho para que a burocracia seja vencida não só neste momento, mas também nos futuros eventos. Sabemos que nosso País sofre cheias, sofre secas. Anunciam-se, talvez, decorrentes das mudanças climáticas, diz o Cel. Wilson, as mais graves enchentes no Amazonas. Nosso Estado, que teve enchentes há 5 meses, agora tem seca no oeste. Temos de estar preparados para os futuros eventos. Talvez o objetivo maior desta reunião, Sr. Presidente, seja construirmos um novo modelo. Não podemos ficar sujeitos, em caso de calamidade pública e de emergência, às mesmas regras que estão aí.

É assim que damos início a esta reunião, falando sobre o nosso requerimento. Esperamos, de fato, alcançar os novos objetivos. Certamente, Sr. Presidente, haverá o debate salutar nesta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Exatamente. Haverá tempo para perguntas.



Agradeço mais uma vez ao TCU a cartilha distribuída a todos os presentes. É mais uma colaboração importante que o Tribunal de Contas da União dá a todos nós.

Vamos iniciar o debate.

Convido a fazer uso da palavra a Sra. Ivone Maria Valente, Diretora do Departamento de Minimização de Desastres, representante do Ministério da Integração Nacional.

**A SRA. IVONE MARIA VALENTE** - Boa tarde a todos.

Represento neste momento o nosso Secretário Roberto Costa Guimarães, da Secretaria Nacional de Defesa Civil, e o Ministro Geddel Vieira Lima.

A nossa intenção é de deixar os senhores não sei se tranquilos, mas com a certeza de que a Secretaria e o Ministério têm feito os esforços que lhes cabem para que esse recurso, como disse o Deputado José Carlos Vieira, chegue ao município, chegue até essas famílias que já estão num estado, como falamos no último encontro, de exaustão.

Esse processo já é conhecido, faz parte do nosso conceito pós-desastre. Vai chegando o momento em que a credibilidade no serviço público e nas instituições públicas vai caindo. É muito difícil lidar com isso.

A proposta que me coube, como representante do Departamento de Minimização de Desastres, é a elaboração de ações de prevenções e o estímulo, nas Prefeituras e nas Defesas Civis dos Municípios e dos Estados, dessas ações de prevenção; mapeamentos de riscos; ações de preparação das comunidades. Fiz essa proposta, porque é chegado o momento de dar outros apoios a essas famílias, apoios psicológico e psicossocial, para o enfrentamento desse tempo. É o tempo, como os senhores já têm acompanhado, que depende de questões jurídicas, de legislação e da própria engenharia. Há situações que não existe como executar determinadas obras de recuperação, de reconstrução, em 6 meses, em 3 meses, pois demandam tempo maior. Essas famílias têm que ser acompanhadas e preparadas para essa espera, para que não aconteça uma revolta maior e perdermos o controle.

Não trouxe uma apresentação, mas o Cel. Wilson e eu nos colocamos à disposição para esclarecer as dúvidas dos senhores.



Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Registro a presença do Deputado Acélio Casagrande, Presidente da Frente Parlamentar de Defesa Nacional. Peço a V.Exa. que se considere fazendo parte da Mesa.

O Cel. José Wilson Pereira, Coordenador-Geral de Articulação e Gestão da Secretaria Nacional de Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional, fará uma consideração.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Sr. Presidente, na pessoa de quem cumprimento todos os Srs. Deputados, concordo com as palavras do Deputado José Carlos Vieira de que, na realidade, o recurso não chegou totalmente na ponta, como gostaríamos.

Infelizmente, a Defesa Civil tem que se submeter aos mesmos trâmites da legislação para uma transferência normal de recurso. Talvez seja esse o momento de pensarmos numa defesa civil moderna, com instrumentos institucionais modernos, com legislação para o tempo. Temos que estar preparados para as mudanças climáticas, que são uma realidade. Temos, então, como disse a Dra. Ivone, que preparar a população para os adventos que virão, com certeza. Não sabemos quando, nem onde, mas temos a certeza de que as mudanças climáticas trarão consequências, sim, para o Brasil, e a Defesa Civil deve estar preparada para isso.

Contamos com os Srs. Deputados para nos ajudarem nesse aspecto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos o Cel. José Wilson Pereira.

Passamos a palavra ao Sr. Hudson Braga, Secretário-Executivo de Obras, representando o Governo do Estado do Rio de Janeiro. S.Sa. terá a palavra por até 10 minutos.

**O SR. HUDSON BRAGA** - Muito obrigado.

Em nome do Governo do Estado do Rio de Janeiro saúdo o Sr. Presidente, demais membros da Mesa e os Srs. Deputados, particularmente o nosso Deputado Felipe Bornier. Devo dizer da importância deste tema, em virtude do número de pessoas e de residências afetadas, efetivamente, por falta de trabalho de prevenção.



O Rio de Janeiro sofreu danos seríssimos, talvez não na mesma proporção de Santa Catarina. Houve a liberação de 30 milhões, em caráter de emergência.

Vou citar alguns números retirados dos levantamentos de AVANDANS e da documentação pertinente para mostrar o impacto social gerado no Estado do Rio de Janeiro em consequência dessas situações de calamidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Pois não. V.Exa. tem até 10 minutos para sua exposição.

**O SR. HUDSON BRAGA** - Tivemos 12 mil residências populares danificadas; destruídas, 503; obras de arte danificadas, 92; obras de arte destruídas, 47; estradas danificadas, 4.350 quilômetros; estradas destruídas, 130 quilômetros; pavimentação urbana danificada, 28.300 quilômetros; pavimentação urbana destruída, 8 quilômetros; rede de água destruída, mais de 10 mil metros; estações de tratamento de água destruídas, 8; mananciais de água destruídos ou danificados, 7.240 metros cúbicos; rede de esgoto, mais de 50 mil metros; estações de tratamento de esgoto danificadas ou destruídas, 12.

Para se ter idéia do valor para recuperação desses prejuízos — e aqui somente estou elencando os de maior impacto —, ressalto que necessitamos de R\$213 milhões para, efetivamente, sanear e reparar todos esses danos.

Não vou me alongar muito, mas os R\$30 milhões estão em fase de liberação. Sabemos da burocracia que existe. Então, pedimos à Defesa Civil Nacional que seja o mais ágil possível na liberação desses recursos, porque, efetivamente, eles só vão valer a partir do momento em que estiverem na ponta.

Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, gostaria de informar que o Prefeito de Laje do Muriaé trouxe uma apresentação sobre os impactos nas regiões norte e noroeste fluminense.

Encerro dizendo que R\$213 milhões não correspondem ao total dos danos causados no Rio de Janeiro. Esse um número é relativo aos principais impactos, aos principais danos que trago ao conhecimento desta Comissão, e vou disponibilizar esses dados, por *e-mail*, a todos os Deputados que compõem a Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos a V.Sa., Sr. Hudson, e lembramos que o objetivo desta audiência pública é o de exatamente



discutir o andamento dos recursos: como estão chegando; por que não estão chegando a tempo; como solucionar mais rapidamente essa situação aflitiva em que vivem os desabrigados. Enfim, esse é o grande debate que pretendemos fazer nesta oportunidade, para ver se, com isso, conseguimos contribuir para minimizar, como falou a nossa convidada, os efeitos para a população.

Depois, então, ouviremos o Sr. Prefeito José Eliezer.

Com a palavra o Tenente-Coronel Douglas Júnior

**O SR. DOUGLAS JÚNIOR** - Sr. Presidente, ao cumprimentar V.Exa. cumprimento todos os membros da Mesa e o Plenário.

Serei bem rápido.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Aí está ciclo de desastre: acontece o desastre, há a resposta e a recuperação. Até hoje, recebemos somente 5% do dinheiro para recuperar o que foi danificado. Ora, sem os demais 95%, aumenta a vulnerabilidade do norte e noroeste do Estado. E resta sempre 90% ou 95% dos problemas para o outro ano.

Esse não é o ciclo ideal. Esse novo ciclo, sim. Recebemos o investimento e o aplicamos em obras de prevenção e mitigação, e a cada ano vai-se reduzindo o evento adverso do desastre. No entanto, não estamos conseguindo nem cumprir o primeiro ciclo antigo, no qual somente recuperamos. Portanto, não estamos conseguindo investir em prevenção e mitigação, como muito bem disse a doutora e o Coronel Wilson.

Aqui está parte do noroeste e do norte do Estado do Rio de Janeiro: área que abrange 18 Municípios, sendo 5 do norte e 13 do noroeste. E podemos incluir Cardoso Moreira, que pertence ao norte, porque também é um Município paupérrimo. Aliás, é o único que decretou calamidade pública.

São 5 os rios que atingem esses 18 Municípios. A Regional do Estado de Defesa Civil atende a todos eles. Deles, 15 decretaram situação de emergência e um, estado de calamidade pública. Somente 2 não decretaram — São Fidélis e São José de Ubá.

Quais são as principais ameaças recorrentes? As enchentes ou inundações graduais — e aqui os senhores estão vendo Campos dos Goytacazes.

As enxurradas, como essas de Bom Jesus do Itabapoana.

[p7] Comentário: Sessão:0321/09 Quarto  
Taq.:Maria Cristina Rev.:



Os alagamentos, que ocorrem principalmente nos Municípios que têm as baixadas litorâneas. No caso, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

Escorregamentos são deslizamentos, e o problema causado pela situação das represas com contenção de rejeitos, sobre o que o Coronel Lucas, de Minas, também deve falar.

Esse caso aí aconteceu em 2006/2007, quando romperam 100 mil metros cúbicos de beneficiamento de bauxita, de rejeito de bauxita, e depois 2 milhões de metros cúbicos de lama. Aqui, o mesmo material quando rompeu novamente pela segunda vez, em março de 2007.

De 1979 a 1999, houve 5 eventos significativos no norte e noroeste do Estado, com enchentes. Nesta última década, todos os anos houve eventos significativos nessas regiões. Em 2006 e 2007, 14 Municípios decretaram situação de emergência. Agora, em dezembro de 2008 e janeiro de 2009, foram 16 Municípios, além de um que decretou calamidade pública.

As vulnerabilidades crônicas do norte e noroeste. Podemos afirmar que — e, como disse a doutora, não devemos falar textualmente —, provavelmente, a magnitude dos eventos adversos aumentou nos últimos anos. A precipitação hídrica cada vez aumenta mais. Provavelmente. Como cientista, não podemos dizer que é realmente verdade, apesar de haver algumas evidências.

Agora, com toda a certeza, podemos afirmar que a vulnerabilidade dos Municípios do norte e noroeste **aumentou** enormemente nos últimos anos, porque, se há R\$100 milhões de perdas e se recupera apenas 5%, ficam R\$95 milhões de danos, de prejuízos para o ano que vem; e vem a enchente do ano que vem e provoca mais R\$100 milhões de prejuízos; não se recuperou o dano de R\$95 milhões anterior, e não se recuperará também os outros R\$100 milhões. Aí, esses danos vão aumentando em larga escala, e não há como mitigarmos essa vulnerabilidade, que se torna crônica no norte e noroeste do Rio de Janeiro. Dos desastres ocorridos no ano de 2007 não houve recuperação nem de 15% do que foi danificado e destruído em 14 Municípios. Quanto aos desastres ocorridos agora, até o presente momento nenhum Município conseguiu receber qualquer recurso federal, nestes 4 meses, como explicou o Coronel Wilson, por causa da questão burocrática.

[p8] Comentário: Sessão:0321/09 Quarto  
Taq.:Maria Cristina Rev.:



Aqui está o problema da erosão aguda, o problema dessas casas que os senhores estão vendo na beira do curso hídrico. No caso aí é um valão, por causa das enxurradas. Essas casas continuam no mesmo estado deste 2007, mais de 80 ou 100 casas estão condenadas no norte e noroeste fluminense.

Esse é um evento que aconteceu em 2004. Essa outra foto foi tirada em 2008. É o valão de Cambuci, que descalçou a ponte, destruiu várias casas, e ainda está da mesma maneira. Isso é o que não estamos conseguindo recuperar. A casa que foi destruída em 2004 continua da mesma maneira, sem ser recuperada.

Aí é zona rural. Os senhores podem ver o drama das pessoas que vivem na zona rural, sem pontes, que continuam quebradas; e a questão da erosão aguda, do desbarrancamento de rios.

Esse é o Município de Laje do Muriaé em dezembro do ano passado. É um Município que tem 8 mil habitantes e cuja população foi praticamente toda atingida. Ele fica entre o Rio Muriaé e a montanha. Tem problema de encosta, de enchente e enxurrada. Os senhores podem ver aqui a Prefeitura totalmente ilhada.

Questão de encosta. A foto mostra um tenente do Corpo de Bombeiros fazendo uma vistoria na hora. A questão de encosta do Município é muito grave.

Município de Italva. Também fotos de dezembro de 2009 e de janeiro deste ano. Foram quatro enchentes. Nunca antes, nos últimos 30 ou 40 anos, houve registro de 4 enchentes em 25 dias. Ao que eu saiba, é a primeira vez isso acontece no norte e noroeste do Estado do Rio, talvez até no Brasil. A própria alvenaria fica desgastada por causa da permanência da água por mais de 30 dias.

Vemos aí Italva, também com o drama das enchentes, com problema de pavimentação das estradas vicinais; foram 320 quilômetros de estradas danificadas e destruídas só em Italva.

Aqui, o mesmo problema das enxurradas, que provocam o descalçamento das vias públicas.

Aqui, Bom Jesus de Itabapoana: enchentes, a delegacia totalmente inundada. Itaperuna.

Aqui é São Fidélis.

Aqui, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. Os senhores veem que a parte de baixada causa alagamento, e não há como escoar isso.



Vemos aí as águas da enchente passando por cima da BR-356.

Campos dos Goytacazes.

Muito bem. O que podemos implementar para mitigar a alta vulnerabilidade da região, impedindo que o desastre seja maior a cada ano? A ANA, pela primeira vez — e temos de aplaudir o Governo Federal por essa medida —, esteve conosco durante 5 dias fazendo uma vistoria na Bacia do Rio Pombo e na Bacia do Rio Muriaé, para estudar um plano de contingência.

O que é um plano de contingência? É o que se faz quando se prevê, por exemplo, uma enchente. Se não se sabe o que fazer, para onde evacuar a população, qual o sistema de monitoração, alerta e alarme que se tem, não se pode fazer nada. Então, pela primeira vez, há R\$4 bilhões sendo repassados para a ANA para fazer um termo de referência e um plano de contingência para a região.

Bacias de contenção de cheias. Há uma bacia, por exemplo, em Laje do Muriaé, que atrasará, retardará o problema da enchente — que é iminente naquele Município, o primeiro do Rio de Janeiro a receber as águas do Rio Muriaé, que vêm de Patrocínio e de Muriaé.

Construção de canais extravasores, os canais que captam a água do rio a montante e jogam a jusante, aliviando a carga hidráulica que extravasaria no centro da cidade. Com isso, desvia-se o volume de enchente que iria acometer a cidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Tenente-Coronel, peço a V.Sa. que conclua.

**O SR. DOUGLAS JÚNIOR** - Pois não, Sr. Presidente, se não me engano é a última.

É urgente a liberação de recursos financeiros emergenciais — e aquelas são obras de implementação —, para a recuperação dos Municípios. Temos de não só prevenir, mas também recuperar.

Devemos repensar a Defesa Civil como instrumento de redução de desastres. Os senhores e as senhoras presentes devem saber que o principal objetivo da Defesa Civil é reduzir desastres. Infelizmente, nós, como sistema de defesa civil nacional — e, quando digo nacional, incluo Município, Estado e União —, não estamos conseguindo reduzir desastres, gerenciar e, tampouco, responder aos

[P9] Comentário: Sessão:0321/09 Quarto  
Taq.:Anna Karenina Rev.:



desastres, quanto mais sermos instrumento de redução de desastres, o que está escrito na lei federal.

Estou à disposição para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos a V.Sa.

Com a palavra o Sr. Hudson Braga, que quer complementar rapidamente a exposição do Tenente-Coronel.

**O SR. HUDSON BRAGA** - Sr. Presidente, hoje pela manhã, participei de reunião no Gabinete Civil, que tem um grande projeto para macrodrenagem. Só para V.Exa. ter uma idéia, há um projeto de macrodrenagem para todos os canais da Bacia Campista. Isso, inclusive, era de responsabilidade do antigo DNOS, do Ministério da Integração Nacional. Apresentamos um projeto, que, para sanear todo o passivo do Governo Federal, ficaria na ordem de R\$170 milhões. E fomos convidados hoje para obter recursos, a fim de financiar essa obra, que seria do antigo DNOS.

O Governo do Rio de Janeiro topa financiar. Deixamos isso bem claro na reunião de hoje. É preciso que o Ministério da Integração Nacional também participe com recursos do OGU. Só vamos resolver esses problemas com prevenção, senão, ano a ano, continuarão os mesmos problemas e as mesmas situações. O Governo do Rio de Janeiro tem um programa completo para atacar toda essa situação de cheia na região do norte e noroeste, estamos buscando financiamento, mas é preciso que isto fique registrado: buscar financiamento para os Estados ainda hoje é uma grande dificuldade. É preciso que haja, uma vez que o motivo é esse, maior agilidade na liberação dos recursos emergenciais e um programa específico, para que os Estados possam buscar financiamento, principalmente para esse tipo de calamidade, com mais rapidez e agilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Sr. Hudson.

Concedo a palavra ao Prefeito José Eliezer, do Município de Laje do Muriaé .

**O SR. JOSÉ ELIEZER TOSTES PINTO** - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e todos os que compõem a Mesa.

Agradeço ao Deputado Felipe Bornier a iniciativa de convocar esta audiência pública, porque nossa região já é extremamente pobre, fora as enchentes.



Como bem destacou o Deputado de Santa Catarina José Carlos Vieira, estamos falando de pessoas, de famílias que ainda se encontram desabrigadas, em grande sofrimento, esperando o Prefeito na porta da Prefeitura. E o Prefeito tem de sair pela porta da frente e dar uma satisfação. As pessoas não entendem a burocracia, o tempo que se leva para que sejam liberados os recursos. Nós é que temos de enfrentar toda essa dificuldade.

Parabenizo todos os que fizeram uso da palavra. Vi que a Dra. Ivone Maria Valente, representante do Ministro da Integração Nacional, durante a apresentação do Coronel Douglas, anotou todos os problemas de nossa região, **prestou** bastante atenção e, com certeza, ficou sensibilizada com o sofrimento da nossa região.

Dra. Ivone, a senhora é a mola mestra desta reunião. Estamos aqui interessados na liberação dos recursos para diminuir o sofrimento da região. O Dr. Hudson disse muito bem, mas o relatório que apresentou para a Comissão não é o verdadeiro ainda, porque é do dia 17 de dezembro. Depois desse relatório, sofremos mais 4 cheias. Tivemos 5 cheias na região. A primeira ocorreu quando eu já havia sido eleito, mas antes que eu fosse empossado. E tivemos mais 4 cheias. Quando achávamos que estávamos saindo da cheia, vinha outra — e, como já foi dito aqui, Laje do Muriaé é o primeiro a receber as águas que vêm do Município mineiro vizinho, que também sofreu muito, Miraí. O Rio Muriaé nasce em Miraí, passa por Muriaé, Patrocínio e depois chega a Laje do Muriaé, e as águas, vindo por entre morros, chegam rapidamente à cidade e se espalham na mesma velocidade, aumentando o volume do rio. Além disso, o deslizamento de encostas no Município é enorme, porque quando a cheia vai embora, as águas baixam, o pessoal retoma as suas casas e tudo mais, mas quem mora nas regiões onde houve um grande deslizamento de encosta não pode voltar. Esses ficam desabrigados, porque, se voltarem, correm riscos.

Em Laje do Muriaé, temos R\$6 milhões, orçamento feito pela EMOP — Empresa de Obras Públicas do Estado — para a construção de muros de arrimo. A queda de encostas impossibilita o trânsito de pessoas e até de ambulâncias, impedindo o acesso ao alto dos morros. Então, não há como fazer limpeza urbana, não há como a ambulância chegar para fazer o atendimento de emergência aos moradores da parte mais alta da cidade porque as ruas estão caídas, os muros que

[p10] Comentário: Sessão:0321/09  
Quarto:9 Taq.:Glória Rev.:



faziam a contenção das ruas estão caídos. Então, o sofrimento é muito grande. Quem mora na região ribeirinha volta, pinta ou caia a casa e consegue voltar a morar ali, mas quem está à beira das encostas não pode fazer o mesmo. Então, o sofrimento é grande. Essas pessoas, Deputado José Carlos, estão, realmente, sofrendo muito com isso.

Além disso, a exemplo de Santa Catarina, que hoje está sofrendo seca, Laje do Muriaé, além de ser pobre, quando não tem enchentes violentas, também enfrenta seca, uma estiagem prolongada e sofre muito com isso. E nós, Prefeitos, temos de ter extrema responsabilidade e dar uma satisfação à comunidade.

É o que eu gostaria de acrescentar, agradecendo e parabenizando a todos.

Por fim, peço à Dra. Ivone para ser ágil lá na liberação dos recursos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sílvio Torres) - Fazer um pedido para não perder o hábito de Prefeito, não é?

Registro a presença do 3º Vice-Presidente, Deputado Léo Vivas, do Rio de Janeiro; da Deputada Ângela Amin, de Santa Catarina; do Deputado Edson Aparecido, de São Paulo; do Deputado Márcio Reinaldo Moreira, de Minas Gerais; do Deputado Felipe Bornier, do Rio de Janeiro, e do Deputado Acélio Casagrande, de Santa Catarina, além do Deputado José Carlos Vieira, também catarinense.

Antes de passar a palavra a Minas Gerais, informo o recebimento de correspondência do Ministro do Planejamento justificando a sua ausência. Gostaria de poder ter contado, pelo menos, com a presença de um representante do Ministério do Planejamento, o que, infelizmente, também não ocorreu. Precisamos também muito do Ministério do Planejamento — e o pessoal da Integração sabe bem disso.

Concedo a palavra ao Tenente-Coronel Lucas Alves, Secretário-Executivo da Defesa Civil do Estado de Minas Gerais.

**O SR. LUCAS ALVES** - Gostaria de cumprimentá-lo, Sr. Presidente, em nome de quem cumprimento todos os membros da Mesa.

Cumprimento os atuantes Deputados mineiros Márcio Reinaldo Moreira e Ademir Camilo, por intermédio de quem saúdo todos os Deputados presentes.

Vou ser bem sucinto, porque tudo já foi dito aqui e não quero ser repetitivo.

De fato, o grande desafio desta Casa, a Casa do povo, é fazer com que os



recursos para desastres não sejam tratados da mesma forma como se trata os recursos das quadras, dos equipamentos, dos ginásios, dos convênios de repasse do Governo Federal. Esse é o grande desafio.

Estou à frente da Defesa Civil de Minas Gerais há 5 anos e não tenho a pretensão de achar que todos os 100% dos prejuízos serão repostos. Isso nunca vai acontecer. Mas, oxalá esse grupo de atuantes Deputados aqui presentes consigam mudar essa legislação perversa que trata o desastre e o sofrimento do povo como uma quadra poliesportiva, o ginásio de uma pequena cidade, um convênio qualquer.

Então, o grande desafio é este: mudar a legislação para que as pessoas que sofrem em decorrência de desastre sejam tratadas da mesma forma que as demais questões de convênios e de repasses públicos — federal, estadual e municipal. Esse, em termos práticos, é o grande desafio desta Casa, porque essa burocracia cria absurdos. Para citar um exemplo, ressalto que Minas Gerais não pediu recursos este ano ao Governo Federal. Estamos cansados de pedir recurso, o dinheiro ser alocado e não conseguirmos acessá-lo, porque falta uma certidão, falta um papel, falta qualquer coisa. Os papéis estão sendo valorizados em detrimento do sofrimento das pessoas. Então, não pedimos nada ao Governo Federal este ano.

Em Minas Gerais há 201 Municípios em situação de emergência. Tivemos quase o triplo dos prejuízos registrados no Rio de Janeiro e não pedimos um real para o Governo Federal, porque, depois, não conseguimos receber de fato.

Então, o que nós estamos fazendo? O Governo Aécio Neves está colocando recursos do seu Tesouro — mais de R\$50 milhões já foram empregados —, e estamos orientando os Municípios no sentido de que, por intermédio de sua representação parlamentar, procure romper essa burocracia perversa que está permeando as questões da Defesa Civil no Brasil.

Para deixar um exemplo claro, ressalto que, no ano passado, perdemos R\$5 milhões que seriam gastos na construção de 371 sistemas simplificados de água para atender o semi-árido de Minas Gerais, Estado que é a síntese do Brasil, porque tem tudo. Sabe por que perdemos esses recursos, Deputado? Porque nos foi exigido — e aí eu quero tirar toda a responsabilidade da Defesa Civil Nacional que compartilha conosco dessa aflição — que por onde passasse o cano que levaria água para a população, a área fosse desapropriada ou tivesse um título de cessão

[p11] Comentário: Sessão:0321/09  
Quarto:10 Taq.:Glória Rev.:



de uso registrado em cartório. Ou seja, naquele lugar do sertão mineiro onde ninguém tem título de posse, as pessoas estão condenadas a usar caminhão-pipa a vida inteira, porque o caminhão pode passar em cima da estrada, mas o cano não pode passar debaixo dela para resolver definitivamente o problema de abastecimento de água porque é exigido um título de posse, uma desapropriação.

Há 2 anos, capitaneados pelo Secretário Roberto Guimarães, reuniram-se em Salvador 22 Coordenadores de Defesa Civil do Brasil. Fizemos o documento chamado *Carta de Salvador*, no qual todas essas questões estão pontuadas. E um dos itens é a constituição de uma frente parlamentar que abrace a causa da Defesa Civil e entre nas entranhas da burocracia brasileira, fazendo com que os papéis não sejam mais importantes que as pessoas. E este é o grande desafio que Minas deixa para esta Casa: os papéis não podem ser mais importantes que as pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sílvio Torres) - Agradecemos ao Tenente-Coronel Lucas Alves.

Registramos a presença do Deputado mineiro Ademir Camilo, que também faz parte da Comissão de Fiscalização e Controle.

Passamos a palavra agora a Santa Catarina. Vamos começar pelo Major Márcio Luiz Alves, Diretor Estadual da Defesa Civil, que aqui representa o Governo do Estado.

**O SR. MÁRCIO LUIZ ALVES** - Sr. Presidente, primeiramente, muito obrigado pela oportunidade que dá a Santa Catarina e aos Estados aqui representados. Agradecemos ao Deputado João Carlos Vieira a proposição desta reunião. Para nós, é de grande importância esta discussão, na Câmara dos Deputados, do tema Defesa Civil, que, infelizmente, pouco foi debatido e levado em conta neste Brasil.

Santa Catarina tem uma característica geográfica que, infelizmente, a torna propícia à ocorrência de desastres os mais diversos. O noticiário brasileiro tem mostrado Santa Catarina como a terra do Furacão Catarina e palco de desastre sem precedentes no Brasil, cujos números ainda estão sendo levantados.

Quando o Rio de Janeiro sofreu os recentes prejuízos, solidarizamos-nos com o Estado, até porque ele nos ajudou muito durante o desastre de novembro. Só o Município de Blumenau, que aqui está representado, com certeza, teve prejuízo de

[P12] Comentário: Sessão:0321/09  
Quarto:11 Taq.:Nini Rev.:



mais de R\$1 bilhão e ainda vive situação bastante difícil. E ele é um dos 108 Municípios atingidos do total de 293 do Estado. Há mais de 6 mil famílias vivendo com o Auxílio-Reação, recurso oferecido pelo povo brasileiro à comunidade afetada pelo desastre: doações, pagamento de aluguel ou auxílio-moradia. Sete mil, cento e noventa famílias ainda vivem situação bastante difícil. Não tenho dúvida de que a dignidade humana está não só naquele que perdeu a casa, mas também naquele que cedeu espaço dentro de sua casa para receber outra família que tem privações.

Concordo com o Coronel Lucas no sentido de não discutimos mais por que o dinheiro foi liberado ou por que não o foi, porquanto o problema não está na Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Observamos no Coronel Wilson, no Coronel D'Ávila, na Dra. Ivone e em toda a equipe da Defesa Civil Nacional grande empenho e vontade de nos ajudar, mas toda vez que avançamos 5 passos, voltamos 10. Quanto discutimos algo que parece estar avançando, há uma volta. Fizemos muitas emendas. Não discutimos a legislação brasileira como o fato definitivo, final, como algo aplicável, exequível. Quando há possibilidade de utilizarmos o recurso, surge a Lei nº 8.666, uma excelente lei, mas que considera normal a ocorrência de desastres.

O Brasil é mesmo um país abençoado por Deus, mas, diferentemente do que todo brasileiro pensa, ele não é livre dos desastres. Somos o 23º país em perdas decorrentes de desastres, até pelo nosso tamanho continental. E esses prejuízos emperram nosso conhecimento, nosso desenvolvimento, porque gastamos muito dinheiro com eles. Apesar do pouco que recebemos, Coronel, também entendo que não é responsabilidade somente do Governo Federal, do Governo Estadual ou do Governo Municipal a reconstrução da cidade.

A população também tem responsabilidade, porque temos uma baixa percepção de risco, porque temos uma cultura segundo a qual os desastres só acontecem no país vizinho. Parece que o terremoto na Itália era previsível, mas as enchentes no Brasil não. Tudo é previsível fora do Brasil.

Então, temos um problema cultural: construímos em área de risco. Ouvi um cientista comentar que tínhamos de retirar todas as pessoas dessas áreas de risco. Tecnicamente, desafio qualquer cidadão a concretizar essa ideia. É impossível! Em toda cidade brasileira há ocupação em áreas de risco. Nós, brasileiros, temos o



péssimo costume de procurar um culpado. Quem foi o culpado? Qual foi o Prefeito? Qual foi o Governador? Qual foi o Presidente da República?

Convido os senhores para fazerem o que o Coronel Lucas propôs: trabalharmos de outra forma. Temos de mudar o contexto brasileiro no que se refere a desastre. Até hoje, a Defesa Civil foi tratada como um assunto residual: quando sobrar tempo, faz-se. Os Prefeitos reclamam que não têm apoio no momento em que acontece o desastre. Posso afirmar aqui que menos de 10% dos Municípios brasileiros possuem Defesa Civil organizada atuante, trabalhando com pessoas preocupadas com defesa civil. Isso é um fator de prevenção.

Segundo a ONU, a cada 1 dólar investido em prevenção 7 dólares são economizados na reconstrução. Mas isso não passa de discurso no Brasil. Todos nós, técnicos de Defesa Civil, insistimos em dizer que temos de sair do discurso e irmos para a prática, temos de mudar. Infelizmente, senhores, isso tem de começar por aqui, porque é aqui que as leis são criadas para cumprirmos.

O Deputado José Carlos Vieira sempre repete uma frase que diz que é minha. Afirma S.Exa. que vai cumprir a lei e não vai se submeter a uma questão judicial. Na verdade, a lei brasileira nos impõe restrições que, infelizmente, nos fazem omissos no sentido de socorrer as vítimas. E imagino a angústia do Secretário de Infraestrutura do Município de Blumenau, vendo ruas interditadas e não conseguindo realizar as obras, não conseguindo receber os recursos.

A exemplo de Minas Gerais, há 2 anos, tentamos empenhar R\$5 milhões e ainda não conseguimos. E o esforçado Coronel Wilson sabe disso. Ele também conhece nosso esforço e, tenho certeza, o esforço dos Prefeitos. É preciso mudar tudo isso.

Segundo o Ministério da Integração Nacional, o Decreto nº 6.663 foi muito importante. Eu, porém, diria que ele só fez uma transposição de responsabilidades. Isso porque, para levar recursos para a Defesa Civil estadual são necessários 4 documentos; no entanto, para aplicar no Município, o Estado precisa de 300 a 400 documentos e assinaturas, o que é um absurdo! O povo que está em abrigos, o povo que está em situação bastante desfavorável não entende isso.

O Prefeito de Gaspar, Celso Zuchi, do PT, esteve aqui e, na semana seguinte, fui ao Município e fiz visitas com ele. Todo esforço que despendemos —



Prefeitura, Município, Estado e União —, tenho certeza, é muito pouco perto do sofrimento do povo de Santa Catarina, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e, agora, também da Amazônia em decorrência das cheias.

Observei, há pouco, a Dra. Ivone se desdobrando para atender demandas de todo o Brasil. Nosso País é continental, e não se pode administrar, de Brasília, desastres que aqui ocorrem. É preciso haver Defesas Cíveis muito bem organizadas não só na União, mas também nos Municípios e nos Estados. O processo tem de ser regionalizado. A equipe da Secretaria Nacional de Defesa Civil é tão pequena quanto a da Defesa Civil de Santa Catarina. E ela tem as mesmas dificuldades e, pior, não tem orçamento. Até onde sei, o orçamento passa por aqui.

Trabalhamos desastre com medida provisória, numa prática que pressupõe o desastre para fazer o atendimento; pressupõe o sofrimento do povo para ter recursos. Se não há sofrimento, não há recurso. Sobra para a Secretaria Nacional de Defesa e para o Ministério de Integração Nacional gerenciarem o que é quase impossível: os desastres no Brasil de uma forma ainda antiga, apesar de a Política Nacional de Defesa Civil ser modelo.

O que foi discutido em Kobe, na sessão *Plataforma Global para Redução de Risco de Desastres*, na qual se criou o Marco de Ação de Hyogo, que é a política internacional de redução de risco de desastres, está totalmente de acordo com a Política Nacional de Defesa Civil. O que nos falta é fazer com que a política saia do papel e se torne realidade. Para isso, é preciso mudar as leis.

Entendemos o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas dos Estados, que nos cobram o cumprimento da lei. Vamos cumpri-la, mas em detrimento do sofrimento do povo brasileiro.

Temos de pensar: ou mudamos a lei, ou o povo brasileiro continuará sofrendo por conta dos desastres.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Major Márcio Luiz Alves, Diretor da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina.

Registro a presença do Deputado Edinho Bez, também membro desta Comissão.

**O SR. LUCAS ALVES** - Sr. Presidente,...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Pois não, Coronel.

**O SR. LUCAS ALVES** - Sr. Presidente, quero destacar 2 pontos na fala do Major Márcio, apenas a título de esclarecimento.

O primeiro é o de que o Decreto nº 6.663 veio para simplificar a documentação. No caso de Santa Catarina, as tratativas foram realizadas a fim de que o recurso do Governo Federal fosse repassado para o Estado. Mas nada impede que se faça esse repasse de recurso diretamente para o Município. Esse decreto realmente diminuiu muito a documentação necessária.

O segundo esclarecimento é que nós, Defesa Civil Nacional, não temos orçamento para a rubrica de resposta a desastre neste ano, mas temos, sim, para a rubrica de prevenção.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Ao final, haverá debate e V.Sa. poderá responder a esta e a outras perguntas que certamente os Parlamentares farão.

Concedo a palavra ao Deputado Acélio Casagrande, PMDB-SC, Presidente da Frente Parlamentar da Defesa Civil da Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO ACÉLIO CASAGRANDE** - Sr. Presidente, nosso grande Líder, cumprimento todos da Mesa, em especial os Deputados de Santa Catarina e dos demais Estados.

Serei breve e muito objetivo como costume ser na minha vida profissional.

Tivemos muitas situações de emergência, e Santa Catarina passou por isso no final do ano passado e neste ano. Não obtivemos ainda respostas a muitas questões — a outras, já obtivemos. Vejo a boa vontade e a intenção de todos da Defesa Civil — muito bons profissionais na Defesa Civil, tanto no Ministério da Integração, quanto nos Estados. Vejo profissionais superqualificados e com assuntos e material muito rico, como deparei da reunião de que participei hoje, pela manhã, na Comissão da Amazônia. Os Parlamentares agora precisam fazer a sua parte. Pensando nisso, e com 190 assinaturas de Deputados Federais e Senadores, criamos a Comissão Mista Parlamentar da Defesa Civil.

Diante dessa Comissão, queremos definir estratégias de ações que vamos encaminhar daqui para frente. Já fizemos proposta, que protocolei na Mesa Diretora,



de criação do Fundo Nacional de Defesa Civil, que vai substituir, na verdade, o FUNCAP. O projeto vai ser relatado, vai passar pelas Comissões, e vamos pedir, inclusive, urgência para seu encaminhamento. Hoje, começo a colher assinaturas dos Deputados na PEC, que diz o seguinte:

*“O art. 144, da Constituição Federal, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo:*

*A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão constituir estrutura institucional de Defesa Civil, destinada à coordenação das ações de defesa civil, conforme dispuser a lei.”*

É mais uma emenda constitucional, mas acredito que vai ajudar, e muito. Precisamos dessa estrutura institucional para articular, trabalhar e ter poder para receber esses recursos do Fundo Nacional, que também será criado.

Começa-se aqui, junto com o Ministério, com a Defesa Civil, a se discutir e encaminhar algumas soluções não só para a hora da catástrofe, como também, e principalmente, para a prevenção nos Municípios brasileiros.

Na região sul do Estado de Santa Catarina, diversas dragas apodreceram quando o DNOS foi extinto. Aquelas dragas fizeram muita falta para todo o Brasil, porque lá existem rios totalmente assoreados, que hoje transbordam, e os bairros ficam alagados — inclusive, ficaram alagados por 2 ou 3 vezes este ano.

Precisamos trabalhar fortemente na prevenção com os muros de arrimo, com as dragagens, com a qualificação e treinamento da população civil e também por intermédio dessa corporação, a Defesa Civil do País.

Por isso estou determinado a conduzir um processo de mudanças na legislação e na estrutura, para ajudar os senhores que aqui estão hoje e nos dando munição a fim de que possamos encaminhar projetos que ajudem, e não só projetos, ações efetivas que vão ao encontro do interesse da população brasileira.

Parabéns a todos por este encontro promovido pelo Deputado José Carlos Vieira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Deputado Acélio Casagrande.



Concedo a palavra ao Dr. Ismar Barbosa Cruz, Titular da 4ª Secretaria de Controle Externo do TCU, para fazer apreciação sobre as questões burocráticas e das verbas.

**O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ** - Sr. Presidente, eu gostaria de saudar toda a Mesa, na pessoa de V.Exa., Deputado Silvio Torres, todos os Deputados presentes, e dizer que a nossa mensagem hoje é muito breve, objetiva.

A rigor, trago ao conhecimento de V.Exas. que o TCU não tem avaliação atual deste problema, ou seja, dos procedimentos realizados pelo Governo Federal na liberação de recursos para Municípios em estados de calamidade ou de emergência.

Em função disso, a nossa presença aqui, como não poderia deixar de ser, é muito bem-vinda, até para que possamos avaliar, em face de todos os subsídios, de todas discussões, de que forma o TCU pode contribuir, seja no controle desses repasses, seja no aperfeiçoamento da legislação.

Apesar disso, trago algumas considerações que o TCU tem julgado importantes em relação ao repasse de recursos a Municípios e Estados. Esta é uma preocupação reiterada do TCU. Exemplo disso está na mesa de V.Exa., essa cartilha de convênios, material que o TCU tem feito no sentido de orientar os convenientes quais procedimentos, quais práticas seriam desejáveis, a fim de evitar problemas futuros.

Diga-se de passagem, são muito constantes as verificações do Tribunal em relação ao problema na celebração de termos de convênios, sem que haja pareceres jurídicos e técnicos adequados, suficientes, e mesmo na própria execução desses recursos.

De certa forma, compreendemos o papel do Governo ao exigir a documentação de todos esses dos Municípios e Estados que se habilitam a receber os recursos. Na verdade, o Ministério está cumprindo a lei. Tenho certeza de que os Prefeitos, enfim, todos os convenientes também o querem.

Nesse sentido, a nossa avaliação sobre o aspecto da transferência a Municípios em estado de calamidade é que o Decreto nº 6.663 certamente promoveu um avanço, na medida em que exige apenas 4 documentos para que esses Municípios possam habilitar-se aos recursos.



Outra preocupação que temos, historicamente, talvez não seja tão atual neste momento: o contingenciamento de recursos, que vez por outra o Governo faz até em observância à sua política fiscal, à sua política monetária.

O TCU considera — e não poderia deixar de ser diferente — que o contingenciamento é uma discricionariedade do Governo, é uma decisão soberana do Governo, embora tenhamos emitido alguns alertas. Trago a conhecimento da maioria, mas certamente já foi comunicado à Casa, acórdão recente, de 2009, do TCU — vou me permitir ler:

*“Alerta o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que a nova redação dada ao Decreto nº 6.439, que trata do Fundo Soberano, gera descontinuidades e perda de eficiência das ações propostas na lei orçamentária anual.*

*Alerta também, em função do disposto na própria Lei de Responsabilidade Fiscal ao Poder Executivo, por meio da Casa Civil, Secretaria do Tesouro e Secretaria do Orçamento Federal, que as ações constantes das leis orçamentárias anuais devem ter sua execução priorizada, também sob pena de descontinuidade, de verificação de todos os problemas.”*

Em síntese, são essas as considerações que trago muito rápidas, dizendo apenas que a nossa posição, às vezes incompreendida de Tribunal de Contas que preza pela observância e verificação da aplicação da lei, também tem caráter preventivo, no sentido de evitar que no futuro os convenientes possam vir a ter, digamos, problemas com o Tribunal de Contas da União. Problemas, para quem já passou, e mesmo aqueles que ainda não passaram — tomara não passem —, são certamente custosos e difíceis, após instaurada tomada de contas especial, após processo instaurado no Tribunal.

Nosso objetivo aqui é estar imbuídos nesse propósito, tanto de aperfeiçoar a legislação, na medida do possível, quanto de dar a orientação que podemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Nós é que agradecemos, Sr. Ismar Barbosa Cruz, do TCU.

Vou conceder a palavra agora aos autores do requerimento e inverter a ordem. Santa Catarina já teve oportunidade de falar, agora vou passar a palavra ao Rio de Janeiro; depois, ao Deputado Marcio Reinaldo.

Deputado Felipe Bornier está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Deputado Silvio Torres, demais pessoas que estão colaborando nesta audiência pública, quero dizer que estou muito satisfeito de ver a forma como esta Comissão tem trabalhado, de maneira árdua, semanalmente, discutindo temas de importância nacional.

É bom frisar aqui que essa não é uma questão somente do Estado do Rio de Janeiro, do Estado de Minas Gerais, mas uma questão que afeta o Brasil.

Estamos tendo aqui uma oportunidade única de juntar pessoas que realmente conhecem do assunto e, acima de tudo, os Parlamentares que são cobrados em suas bases.

No caso do meu Estado, Rio de Janeiro, no ano passado, doía muito ver que só se falava na questão de Santa Catarina. Eu, que vivo lá, trabalho muito no noroeste do Estado, vi que foram quase 18 Municípios atingidos. Temos aqui o Prefeito José Eliezer. Num período de 25 dias, tivemos 6 enchentes, o centro da cidade com 2 metros de água, a população completamente castigada.

Então, é esse assunto que temos de debater realmente.

Quero aqui levantar o meu repúdio por não estar presente neste momento um representante do Ministério do Planejamento, uma vez que foi convidado — sequer enviou representante. Este é o momento de debatermos não somente a questão da legislação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Enviou um ofício.

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Enviou um ofício, mas acho que caberia representante. Não precisaria vir o Ministro, é claro, mas caberia alguma pessoa do Ministério, para podermos debater esse assunto que é importante para o País, principalmente no que se refere à prevenção.

Tivemos oportunidade de ouvir aqui vários dos senhores, principalmente do Tribunal de Contas da União, que já se colocou à disposição. Quero aqui destacar a



importância de uma nova reunião para vermos de que forma agilizar isso, pois que a demanda é emergencial. Já se passaram 4 meses, já se tem essa documentação necessária. Por que não se liberou? Então, a essas perguntas não há respostas. Quando voltamos para nossas bases, somos cobrados.

De certa forma, o TCU vem sendo culpado por muitas autoridades, quando, na verdade, são responsáveis. Estamos querendo olhar o bem para o País. É necessário um debate muito mais amplo. Não cabe somente esta audiência pública. É muito importante começarmos este debate, pois são centenas de mortes, centenas de desabrigados.

Vejo no meu Estado, o Rio de Janeiro, onde acabou de acontecer a eleição, vários Prefeitos de primeiro mandato que não sabem o que fazer num momento como este.

O que a Defesa Civil tem feito em questão de orientação para os Estados e para os Secretários Estaduais? Por que não fazer um seminário atual, anualmente aqui em Brasília? Na verdade, há uma série de documentos, e o Estado pede outras dezenas. Dizem que é preciso assinatura, e quando as têm, não sai dinheiro. Portanto, há uma série de questões burocráticas que podemos certamente discutir.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Coronel José, em relação ao que falou e me deixou muito triste. Pelo que entendi, os Municípios não vão receber nenhum dinheiro pelos danos causados, porque não há dinheiro. Foi o que eu entendi. Da mesma forma, vejo a forma da prevenção. Por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, os rios passam por dentro das cidades. Nos últimos 8 anos, anualmente tem havido enchentes, os mesmos problemas, mas não há nenhum plano de prevenção.

Com quem vamos debater, como vamos debater. Se hoje, Coronel, existe esse dinheiro, como vamos fazer esse debate amplo e levar, certamente, não só para o nosso Estado, Rio de Janeiro, como também Minas Gerais, Santa Catarina e outros, de uma forma a que realmente isso aconteça e não fique aquela balela e aquela cobrança de dizer que a culpa é do TCU, a culpa é do Ministro, do Presidente? A culpa não é de ninguém. Temos de fazer um debate amplo e ter essa consciência.



Durante anos fiquei completamente traumatizado ao ver as pessoas desesperadas e Municípios pobres que não têm o mínimo, não têm uma retroescavadeira, que seja, para desocupar, para permitir a passagem de uma ambulância, mesmo porque também não tem ambulância. Ficamos desesperados e pensando no que podemos fazer para ajudar.

Então, esse plano é emergencial; não podemos esperar passar mais 1 ou 2 dias, porque já se passaram meses. Não adianta, Sra. Ivone, falarmos da questão psicológica, pois essas pessoas se encontram em tendas, não conseguem sequer sair delas e pegar um meio de transporte, porque não há estradas; não há máquinas para retirar a terra. Os Municípios que têm a maior população são os prioritários; os com menor população ficam ilhados. As pessoas ficam sem alimentação, e a grande maioria das famílias têm crianças que morrem sem água.

Vejam que o debate é muito mais amplo, muito mais humanista do que imaginamos. Devemos ter essa sensibilidade, nesta Comissão, de visitar pessoalmente esses Municípios atingidos. Não adianta debatermos o assunto somente na hora em que a TV, em que a mídia demonstra o que vem acontecendo, com a presença do Presidente lá. Não. Temos de debater principalmente depois de 1, 2 ou 3 meses, até 5 meses, que estamos encaminhando e ainda não tem nada de fato acontecendo: não há recurso liberado, e começamos a questionar o nosso papel de Parlamentar, o que fazemos nesta Casa, principalmente nesta Comissão, que tem função fundamental de fiscalizar e cobrar os recursos do Governo Federal, uma vez que há recursos destinado para isso. Então, por que não sai? Como fazer para desburocratizar essa demanda, essa documentação dessas pessoas sofridas. Como fazer?

Somos Deputados Federais e estamos aqui não somente para fiscalizar, mas, acima de tudo, para legislar. Então, quais as leis que podemos aqui elaborar junto com o Poder Executivo, com a Presidência, com as Comissões, com as demais pessoas competentes e muito mais conhecedoras até mesmo que nós, Deputados, que representamos nossas cidades?

De maneira alguma queremos chamar a atenção de V.Exas, porque tenho certeza de que todos querem ajudar, mas acima de tudo, queremos formalizar um grupo de debate dentro da Câmara dos Deputados desse tema de importância

[p17] Comentário: Sessão:0321/09  
Quarto:16 Taq.:Zagotto Rev.:



nacional para o País. Vamos facilitar, vamos fazer com que isso aconteça de fato, dando uma resposta a milhares de pessoas. Tenho certeza da dificuldade não somente dos Deputados Federais, como dos Prefeitos dessas cidades, dos Governadores, que são cobrados. E não há o que falar. Dizem que vai sair, que vai sair, mas eu já procurei a documentação e não sei como anda. Não se sabe. Então, como podemos fazer para ajudar?

Tenho certeza de que esta Comissão está à disposição, assim como eu estarei. Esse é um dos temas prioritários para o nosso mandato. Temos o assunto como objetivo e finalidade.

Estou aqui com essa disposição, como jovem Parlamentar de primeiro mandato, mas tenho certeza de que todos, principalmente os mais antigos desta Casa estão, à disposição para orientar de que forma trabalhar, ser mais ágil, dando uma resposta para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado a todos os demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Deputado Felipe Bornier.

Registramos as presenças do Deputado Rômulo Gouveia, Primeiro Vice-Presidente desta Comissão, também do Deputado Gervásio Silva, do PSDB de Santa Catarina.

Vou passar a palavra ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Antes, Deputado, quero transmitir aos Parlamentares e aos presentes que esta audiência pública está sendo gravada, como todas o são. Vamos elaborar um relatório resumido sobre o que foi falado, o que foi cobrado, o que foi explicado, e encaminhá-lo à Casa Civil, ao Palácio do Planalto, e também aos Ministérios que têm responsabilidades em relação a esses fatos muito tristes e angustiantes que estão ocorrendo ainda nesses Municípios.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** - Obrigado, Sr. Presidente. Fui um dos signatários desse requerimento exatamente porque sentia na carne os problemas de Minas Gerais, entre eles, a seca do norte do Estado e do Jequitinhonha.

Lembro-me bem de que no ano de 2007, meu caro Tenente-Coronel Lucas, estivemos no gabinete do Ministro Geddel Vieira Lima: eu, Humberto Souto,



Fernando Diniz e vários colegas Parlamentares. Ali discutimos aquela seca do nordeste e do norte de Minas. E, no final das contas, saímos dali com mais ou menos 50 cidades contempladas, com 100 mil reais para cada, para furar um poço artesiano, captar água do rio, etc. O tempo passou, alguns Municípios chegaram a receber o recurso, mas a maioria, não. E por quê? Quando cobramos do Ministro Geddel, ele nos disse: *Bom, o problema é seu, o problema é do Município*. Coincidentemente, o da Bahia foi muito bem. Dissemos: *Geddel, você ensinou bem a lição para eles* — foi a única resposta que eu pude dar.

Realmente, não sei se a lição de casa para as prefeituras, para os Estados é tão dramática como estamos sentindo aqui. Se for, eu acho que está na hora de dar conhecimento ao Relator da LDO, Deputado Wellington Roberto — será o Relator da LDO para o próximo ano. Esse é um assunto para se discutir.

Já vi LDO, no passado, em que emenda no caso de calamidade pública tinha de ser liberada imediatamente, sem maiores exigências. Na época do Collor, na desburocratização que chegou a ser feita, as emendas parlamentares também tiveram esse papel.

No Ministério da Integração, à época, juntamente com o Coronel José, tivemos oportunidade, quando colegas, de liberar recursos para os Municípios e para os Estados.

Vejo que de alguma maneira demos passos para trás. Talvez esse contingenciamento, essa burocratização que se cria dentro do Governo para não liberar o financeiro a fim de criar o superávit primário seja uma tônica e envolva até a Defesa Civil. Mas esse é um tema que mexe conosco.

O Deputado José Carlos me mostrava, no seu requerimento, a vontade de enfrentar esse problema. Eu então disse: *“Conte comigo, porque realmente o que V.Exa. está sentindo, o que estamos vendo de dificuldades de Santa Catarina, que a televisão pôde mostrar com muita força para o Brasil, também sentimos lá em Minas Gerais, seja na seca, seja na inundação.”*

Minas é uma caixa d’água: joga água para o Rio de Janeiro, inunda tudo lá também, e deixa a água seguir para a Bahia. Também temos o problema da seca, que é similar à de Pernambuco, Bahia, Sergipe, e por aí vai.



Creio que esse problema nós o vivenciamos com muita penúria. É lamentável que hoje encontremos ex-Prefeitos que viram recursos serem previstos para suas cidades, foram aprovados, mas não saíram. A água que ele sonhava lá num poço artesiano ou em cisternas não existe ainda. Agora, por que isso? Há realmente alguma coisa intrigante.

Vou mais longe: falamos, por exemplo, no PAC — criou-se o PAC como um modelo ou um investimento desse Brasil. Nem bem o programa foi implementado, e a Controladoria-Geral da União, cujo representante não está aqui presente, já estava com a Polícia Federal em vários Municípios fazendo vistoria naquela operação chamada João de Barro. E o que aconteceu? Obras que não existiam nem tinham sido licitadas já estavam fotografadas para serem impedidas de início. O que há por trás disso? São explicações difíceis de entendermos e respondermos para o público que nos cobram todo dia.

Não sei aí se o *lobby* do superávit primário do Governo Federal é tão forte que chega a despojar todas as outras necessidades da população, inclusive na área da saúde, mas vimos realmente muitos pontos de estrangulamento do processo administrativo. Creio que realmente o momento é de meditação, de trabalho conjunto com o Tribunal de Contas da União, um órgão auxiliar do Legislativo, e não deve pensar diferente, até porque hoje a composição dos Ministros, quase a metade, é de ex-Parlamentar. Então, o pensamento deles não pode estar muito dissociado daquilo que sentimos juntamente com a população. O Tribunal de Contas da União precisa também dar uma mão e ver a forma de solucionar, porque casos de calamidade pública, de emergência, de dificuldades, como essas que estamos vendo aí, não podem ser encarados, como foi dito aqui, como obras de um ginásio esportivo, de quadra esportiva ou como uma festividade que se faz por aí.

O bem-estar da comunidade, aquele apoio mínimo, tem de chegar o quanto antes. Fala-se: “Ah! Não, a culpa é do Tribunal de Contas da União. Está aqui o livro, o convênio.” Tudo bem, mas temos de achar caminhos.

Vi, no passado, Sr. Presidente, que Parlamentares aqui tiveram a iniciativa de colocar na LDO, aprovada e sancionada pela Presidência, desburocratização para determinados recursos, inclusive de emergência. Tanto que não temos nem tanta preocupação na Comissão de Orçamento de colocar muita verba para calamidade



pública, porque, havendo de qualquer tipo, o Governo faz um decreto, uma medida provisória, um crédito extraordinário, seja o valor que for, até mesmo sem fonte. Então, é uma situação que se resolve. Agora, para que esse dinheiro chegue lá na ponta é preciso construir canais próprios.

Eu deixaria aqui então essa sugestão.

O Deputado Wellington, nosso colega também da Comissão de Fiscalização, já se colocou à disposição. Seria de bom alvitre que entendesse bem o que se está passando nessas informações acerca dessa matéria, para construir uma engenharia adequada e ajudar.

Não tenho dúvida de que o papel do Ministério da Integração, de cada membro da Defesa Civil de cada Estado, é altamente relevante para que as boas ideias, os bons projetos possam fluir com aceitação. Independente da LDO, temos outros caminhos a resolver, via decreto — e a Casa Civil pode ajudar nisso —, portarias ministeriais podem ser revistas.

A partir daí, podemos então iniciar um ciclo para reencontrar um caminho para que a Defesa Civil não fique tão amarrada, a ponto de Minas Gerais, que tem, naturalmente, muito mais desafios que o Rio de Janeiro, dizer: “Não, nós já desistimos! Não vamos mexer em nossos projetos disso ou daquilo porque não adianta.”

Aqui foi falado sobre o DNOCS. Já trabalhei no Ministério da Integração e sei o quanto esse órgão, ao ser extinto, foi prejudicial ao Brasil. Ele não ia ser extinto, não. O DNOCS iria, mas a bancada do Nordeste, àquela época, mexeu-se, e o DNOCS foi extinto. Todo o País pagou e está pagando por isso, e muito caro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Deputado Márcio Reinaldo.

Vou conceder a palavra agora ao Deputado José Carlos Vieira, um dos autores do requerimento.

Estão inscritos para falar os Deputados Ademir Camilo, Pompeo de Mattos e Gervásio Silva, nesta ordem.



**O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, preciso, por um dever de consciência, repetir um dos apelos mais dramáticos que já ouvi na minha vida, lá na cidade de Itajaí.

O Prefeito de Itajaí — e Jandir Belini estava aqui há poucos minutos — e eu estávamos no Estado, acompanhados do Governador Luiz Henrique e de várias autoridades, entre elas, o Senador Delcídio Amaral, Relator da Comissão de Orçamento, e o Deputado Mendes Ribeiro Filho, Presidente da Comissão. Estávamos numa sala: o Major Márcio Alves, Prefeitos e Vereadores também, para ouvir quais providências iriam ser tomadas. Na reunião, falavam todas as autoridades, e, no encerramento, uma senhora pediu a palavra. Não estava previsto, Dona Ivone, ninguém do público falar, mas aquela senhora, pequena trabalhadora rural de Santa Catarina, pediu a palavra, e o Governador cedeu o microfone. Ela disse mais ou menos que queria fazer um pedido para que as providências fossem tomadas com urgência, porque as pessoas estavam lá paralisadas, longe das suas casas, querendo voltar a produzir. Ela disse o seguinte: *Nós não queremos esmolas, nós recebemos muita ajuda e estamos agradecidos pela ajuda que recebemos. Mas queremos voltar a produzir.* E disse uma coisa dramática: *Olha, vocês não podem me dar o que eu perdi nessas enchentes. Eu perdi 19 pessoas da minha família. A minha irmã ficou enterrada, meio corpo, nos escombros, e o meu pai ficou segurando nas mãos dela durante 14 horas e meia. O socorro não pode chegar. E ela pedia para que cortassem as pernas para que ela pudesse sobreviver.* Ela morreu nas mãos do pai. A mulher disse que não estava pedindo mais por ela, mas pelos outros.

Por tudo isso, tenho o dever de consciência de repetir aqui esse apelo dramático.

Sr. Presidente, hoje foram feitas aqui colocações gravíssimas, a começar pelo Coronel José Wilson, que tem feito tanto pela Defesa Civil do País. O Coronel Wilson disse há pouco o seguinte: *Os recursos não chegam porque os mesmos trâmites têm de ser observados tanto para o processo da Defesa Civil quanto para um processo normal de qualquer outro convênio.* O Tenente-Coronel Douglas falou do ciclo de recorrência que se vem agravando a cada ano. Mas o Tenente-Coronel Lucas Alves disse de forma mais contundente que temos uma legislação perversa. E

[P20] Comentário: Sessão:0321/09  
Quarto:19 Taq.:Lelaine Rev.:



o Major Márcio Alves disse mais ainda: *A lei nos obriga a ser omissos*. Que frase terrível: a lei nos obriga a ser omissos.

Sr. Presidente, penso que temos 2 linhas em que precisamos atuar neste momento. A proposta que faço, em primeiro lugar, é no sentido de que o Major Márcio e o Coronel Wilson possam nos orientar como agilizar essa questão do hoje, do que está acontecendo agora. São 120 milhões que já temos empenhados, mas, há 5 meses, não chegam aos Municípios. O que podemos fazer quanto a isso?

Sugiro à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle a realização de um trabalho a ser apresentado ao Governo Federal, aproveitando a Carta de Salvador, aproveitando a sua experiência, Coronel Hudson, e o encaminhamento ao Governo da proposta de uma nova legislação, do Sistema Nacional de Defesa Civil, que pudesse dar respostas rápidas, diferentemente do que vem acontecendo hoje.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Deputado José Carlos Vieira.

O Deputado Ademir Camilo não se encontra presente.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, que dispõe de 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente, Deputado Silvio Torres, cumprimento V.Exa. e os proponentes da matéria. Na verdade, não sou membro da Comissão, mas estou aqui na qualidade de Parlamentar preocupado com o tema.

Quero aqui parabenizar cada um dos que vieram aqui reclamar e proclamar a angústia de seus Estados, cidades, Municípios. Cumprimento todos da Mesa, especialmente a Dra. Ivone Valente, que sabemos uma guerreira no Ministério, e também o Coronel José Wilson, que é *hours concurs*, muito esforçado. Todos demos o testemunho, e o próprio Ministro Geddel, com quem temos uma relação muito próxima e pessoal.

Sr. Presidente, quero dar aqui um testemunho. Sei o que aconteceu em Santa Catarina — todos vimos. Conheci o Major Márcio Alves pela televisão, na hora da dor, da angústia, da tragédia. Vi gestos bonitos seus e de tantas pessoas em Santa Catarina. Mas essas coisas não são para esboçar o heroísmo, mas a compreensão,



a compaixão, a ação, a atitude. Como diz a Bíblia, não basta ter dó; é preciso ter atitude.

O que se espera do Congresso Nacional, do Governo da República Federativa do Brasil é atitude, como tiveram aqueles que, no momento do desastre ali, *in loco*, agiram, reagiram e interagiram. Ali agimos com o coração, com a emoção, às vezes até sem razão. Ou se conseguirmos racionalizar, usamos a razão para, enfim, implementar ações para minimizar aquele impacto brutal, como aconteceu em Santa Catarina, em Pelotas, na região sul do Rio Grande do Sul, uma tragédia que acompanhei de perto.

Estou aqui em nome daquela tragédia que ocorreu em Rolante, no Rio Grande do Sul, cerca de 3 anos atrás. Só existe uma ação pronta, empenhada, de 1 milhão e 800 mil reais, um projeto aprovado de 8 milhões de reais. Nada foi liberado, depois de praticamente 3 anos; nada pago. Como as pessoas vão ficar, durante 3 anos, sem ponte, sem casa, sem estrada, sem infraestrutura, tudo destruído?

Como diz o Presidente Lula, quem tem fome tem pressa — em relação ao que diz o programa social do Governo. Então, quem tem fome tem pressa, tem hora para comer. De manhã, o café; depois o almoço e, mais tarde, a janta. Outro dia, tudo de novo. Agora, nem sempre há pressa é de fome da barriga; às vezes, é de justiça. Esse pessoal tem pressa de fome de justiça. E a justiça se fará encaminhando os procedimentos.

Nesse contexto, vejo, por exemplo, a reclamação do próprio Ministro em relação à burocracia do Ministério, desta Casa, que é entrave aqui, é entrave ali e é entrave lá. Se não desentramos na hora da tragédia, não sei quando vamos fazer. Devemos agilizar, atalhar caminhos, de forma autorizada, de forma precípua — e entendo que esta Comissão tem um papel fundamental, até para saírem daqui proposições, propostas.

Sugiro mais: a Comissão deve fazer, por exemplo, uma visita *in loco* a Santa Catarina, para constatar o que já foi feito em relação à tragédia, dar visibilidade. A Comissão deve ir lá e saber o que já veio de dinheiro, de recurso, de verba, quando chegou, quais obras foram recuperadas, o que foi levantado com o dinheiro do Governo Federal.



Quem for ao Rio Grande do Sul verá as dezenas de tragédias que aconteceram, e talvez não usará os dedos de uma mão para contar aquilo que efetivamente foi recurso, verba para recuperar e dar um pouco de dignidade àqueles atingidos.

Apertamos o botão aqui em Brasília, o interruptor, mas não se acende a luz lá; o fio está cortado, essa ligação não existe. Essa é a nossa preocupação.

Vejo o Ministro com boa vontade, a Defesa Civil, o Coronel, o Major, o pessoal que lá trabalha. Vejo entusiasmo, determinação, angústia, preocupação, mas a coisa não anda, não avança. Dizem que o problema é do Tribunal de Contas. Acho que o próprio Tribunal de Contas poderia chamar para si a responsabilidade, ver que o Tribunal é para questões normais, e, quando a situação é excepcional, tem de sê-lo também. É preciso ter alguém do Tribunal de Contas definido, decidido, determinado.

Eu olhava as figuras do Deputado Ubiratan Aguiar, hoje Conselheiro; de Augusto Nardes, que também foi Deputado do Rio Grande do Sul. O Tribunal de Contas tem de promover uma força-tarefa para essas tragédias. É preciso diferenciar, alguém tem de matar no peito e chamar para si a responsabilidade, pois são vidas humanas. Não é para daqui a pouco, é para agora.

Uma pessoa está atolada e diz: *"Cortem-me a perna, senão eu vou morrer"*. *"Ora, como é que eu vou cortar sua perna?"* *"Mas se não cortar minha perna eu vou morrer"*. *"Eu não vou cortar"*. Então, a pessoa morreu.

É um detalhe entre a vida e a morte. Não é para educação, não é para fazer uma estrada nova, não é para pintar, não é para fazer bonito, não, é vida, é tragédia. O nome já diz: é desastre, é cataclismo, é catástrofe. Essas coisas têm de ser diferenciadas.

Desculpem-me o meu desabafo, mas eu vim aqui bem angustiado. Peguei o exemplo de Pelotas, da Região Sul do Estado, Pelotas, Canguçu, Capão do Leão, enfim, toda aquela região que sofreu muito. Mas dou o exemplo de Rolante, que teve a tragédia bem antes, foi reconhecido pela Defesa Civil de Porto Alegre, pela Defesa Civil daqui. Foram encaminhados projetos, procedimentos há 2, 3 anos, mas nada aconteceu.



Aconteceu uma tragédia em Pelotas há 2, 3 meses. Vão levar 3 anos para atender à demanda das necessidades, das angústias daquele cidadão?

Santa Catarina ainda reclama, o Rio de Janeiro também, enfim, o Brasil afora, Rio Grande do Sul adentro. Vão esperar 2 anos? Essas coisas não podem esperar. Temos que ter pressa, muita pressa. E é preciso nesta hora ter ações e atitudes, no coletivo: esta Comissão, a Câmara dos Deputados, o Senado, o Orçamento Público Federal, o Orçamento da União, o Executivo, Tribunal de Contas da União. Mas cada um tem de ver que este é uma caso excepcional, é uma tragédia, e como tal deve ser tratado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Deputado Pompeo de Mattos.

Com a palavra o Deputado Ademir Camilo.

**O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO** - Sr. Presidente, Senhores componentes desta Mesa que hoje discute defesa civil.

Quero cumprimentar o Coronel Lucas, que dedica 5 anos do seu trabalho a um exercício profissional e pessoal para atender as pessoas desabrigadas, seja na seca, seca nas enchentes no nosso Estado de Minas Gerais.

Cumprimento a Mesa e todos os colegas.

Há mais ou menos uma semana tratamos desse assunto numa Comissão geral. O Deputado Bornhausen recolheu algumas sugestões: criação do fundo, recurso para o fundo, criação dos agentes de defesa civil, uma coordenação regional, recurso para o sistema de informação e prevenção de desastre. Aventou-se até a possibilidade de se criar uma secretaria nacional de defesa civil.

De forma que esses temas estão se tornando nesta Casa motivo, como disse o Major Márcio e o Lucas, até de repetição. E na prática não se superam algumas questões. E aqui registro a presença do Sr. Ismar Barbosa, que contribui para o debate.

Mas falta também uma uniformização das decisões que são tomadas nas diversas esferas: Tribunal de Contas da União, Advocacia-Geral da União, CONJUR e também Controladoria-Geral da União.



Vejam bem, num município do Estado de Minas Gerais exigem licença ambiental para construção de uma ponte onde já existia uma ponte. Repito: onde já existia uma ponte!

Sobre a CONJUR, num determinado momento o Prefeito Municipal não tinha fé pública para declarar que a estrada era do município. Exigiram o registro em cartório da estrada do município.

Assisti aqui, e posso testemunhar, ao empenho do Coronel Lucas ao dizer que pedir recursos à Secretaria, ao Governo do Estado para fazer um documento de cessão de uso registrado em cartório para se passar um cano, é um verdadeiro absurdo.

Quero fazer um registro especial sobre a equipe da Secretaria Nacional de Defesa Civil, na pessoa da Sra. Ivone e do Coronel Wilson. Em certa época, na minha cidade de Teófilo Otoni, em um único evento perdemos 13 vidas. Essa equipe esteve lá com toda a prontidão, junto com o pessoal do Estado de Minas Gerais.

Sr. Ismar, queria que V.Sa. fizesse algumas considerações. Citarei 4 itens só para aquecer um pouquinho o debate.

Como superar o SICONV com o Decreto nº 6.663? Por que pergunto isso? Se colocarmos toda a documentação num sistema onde, com o decreto, diminuiu a burocracia — e quero dizer que acompanhei, junto com o Coronel Wilson, um dos mentores dessa nova revolução, por isso que queria parabenizar mais uma vez a Secretaria Nacional na pessoa do Ministro e do Coronel Guimarães e de outros que estão aqui.

Mas como superar isso? Como superar, por exemplo, a inadimplência do município para receber um recurso de emergência de calamidade? Se ele está em calamidade, como ele vai receber os recursos se ele está inadimplente? E muitas vezes a inadimplência é colocar recursos para resolver um problema, devolver recursos para resolver o problema de um convênio.

No caso da licença ambiental, repito o exemplo que já citei aqui da ponte que já existia e que queriam fazer outra. O Coronel Lucas tem razão, não se pode tratar um ginásio poliesportivo com uma reconstrução, uma recuperação ou talvez até uma prevenção.

[P22] Comentário: Sessão:0321/09  
Quarto:22 Taq.:Marlúcia Silva Rev.:



E também no caso das propriedades dos imóveis. Temos em Minas Gerais, e foi dito aqui pelo colega Márcio Reinaldo, pelo Coronel Lucas, que a maior parte dos pequenos proprietários do nordeste e do norte de Minas não tem documentação. E aí ele vai ficar sem água.

De forma que, ao final, Sr. Presidente, que esta nossa Comissão, por meio do requerimento dos colegas que o subscritaram, pudesse efetivamente receber a *Carta de Salvador*, e, com todos os atores que estão aqui, fazermos uma proposição para mudar a legislação. Senão vamos fazer mais uma audiência pública, mais uma terceira, uma quarta, e vamos ficar da mesma forma.

Sabemos que existe problema no município, no Estado, na Secretaria Nacional. Mas da forma que a gestão está hoje, tanto do nosso Ministro, como também do Presidente da República, há caminhos para que possamos encontrar soluções como esta sugerida pelo Deputado Márcio Reinaldo de colocar emendas ou ser acolhido pelo Relator, Wellington Roberto, recursos emergenciais para a defesa civil.

Discutimos isso já há algum tempo, mas em relação ao repasse para os municípios continua da mesma forma. Na reunião passada dissemos que recursos das enchentes chegam na seca e os da seca chegam nas enchentes.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Deputado Ademir Camilo, do PDT de Minas Gerais.

Passo a palavra o Deputado Gervásio Silva, do PSDB de Santa Catarina.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA** - Meu caro Presidente Silvio Torres, quero ser breve, e queria que depois fosse ouvido o representante do Município de Blumenau.

Custa-me acreditar — estou aqui no meu 3 mandato, estou aqui no 11º ano —, às vezes, naquilo que presencio aqui. É claro que a legislação que está aí saiu desta Casa e muitas vezes temos que prestar atenção naquilo em que legislamos. Não analisamos, às vezes por vaidade, ou coisa parecida, as dificuldades que aquilo que se faz, às vezes, no afogadilho pode causar às pessoas.



Em Santa Catarina — é bom que esteja aqui o Tribunal de Contas da União —, entendo que chegamos à exaustão nessa discussão sobre os recursos empenhados.

Há 15 dias — hoje estou na condição de coordenador da bancada dos Deputados e Senadores de Santa Catarina —, após uma reunião, fui a Gaspar e a Blumenau. Muitas pessoas precisam ir a Ilhota, a Gaspar, a Blumenau, como ao Estado de Minas, ver famílias amontoadas em alojamentos. Não temos como dar uma explicação no momento em que temos que seguir a burocracia normal. Sempre costumamos dizer que a burocracia causa grande prejuízo ao nosso País. Ou matamos a burocracia ou a burocracia vai fazer com que sejamos, pela eternidade, um País de terceiro mundo.

Nesse momento em que, só em Santa Catarina, cento e tantas pessoas perderam a vida, imagine a auto-estima dessas pessoas. Imaginem, perdoe-me o representante do TCU, chegar a um alojamento, e deparar com cento e poucos fogões de 2 bocas — fogareiros, como chamamos —, para fazer a alimentação, que, de alguns, era custeada pela Prefeitura.

Empenhar os recursos é decisão política difícil. Mas dessa vez ela aconteceu rapidamente. Pelo menos em Santa Catarina, aconteceu rapidamente. Temos que reconhecer isso. Houve uma decisão imediata de se editar medida provisória, de se empenhar os recursos. Agora, estamos há quantos dias e meses sem poder aplicá-los.

Deputado Vieira e Lideranças do nosso Estado, essa situação — tenho dito para a imprensa — não depende mais da classe política. A ação política aconteceu no momento da tragédia e os recursos foram empenhados. Precisamos superar esse gargalo.

Por outro lado, as pessoas têm que se despir das vaidades para resolver esse problema. Se é burocracia, qual é o caminho para superar a burocracia? Preciso dizer — e quero aqui pedir a todos da Mesa com todo o respeito, e na qualidade de coordenador da bancada — que devemos receber um documento, que diga o seguinte: *“Não pode por isso, não está acontecendo por aquilo”*. O financeiro está assegurado, que é o recurso da reserva, então temos problemas.



Outro exemplo eu quero citar aqui — e vejam os colegas Parlamentares de outros Estados. Está sendo feita uma dragagem no Porto de Itajaí. O Porto de Itajaí é a veia aorta da cidade de Itajaí, que é mais ou menos a sexta cidade do nosso Estado e que é fundamental para a economia catarinense. Estão sendo gastos trezentos e poucos milhões no Porto de Itajaí, e em dragagem também um bom volume de recursos. Está sendo desassoreado o porto. Só que, se não for desassoreado a montante do Rio Itajai-Açú — 10, 15 quilômetros rio acima —, na primeira enxurrada que houver, aquele material que está depositado no leito do rio vai descer e assorear o porto novamente. É recurso público perdido.

Então, o povo brasileiro tem toda a razão de não acreditar na classe política.

Se estamos no fundo do poço é por causa desse tipo de situação. Imaginem o que sentem aquelas pessoas que estão abrigadas quando veem um Deputado, um Vereador ou um Prefeito anunciar: “*Olha, não os recursos estão sendo empenhados as obras vão começar e será liberado*”, e nada acontece.

Então, não há mais o que se dizer numa hora dessas.

O que nos resta é fazer um apelo. Devemos falar: “*Olha, o problema está aqui, não queremos culpados, queremos resolver, queremos ser parte da solução*”.

Entendo que nessa situação temos que ter sensibilidade. Não interessa se há ou não culpados; o que interessa — e apelo para o TCU — é o caminho. Porque aí sim vamos cobrar. A vontade política já aconteceu. Se o gargalo é decisão, se é, como foi dito aqui, em função do superávit, precisamos saber, vamos cobrar. Agora, a situação é muito grave, só quem presencia sabe. O Deputado Pompeo de Mattos disse: “*olha, vamos a Santa Catarina!*”

Quero convidá-los para ir a Santa Catarina. Além de observarem os danos materiais vão ver as pessoas que estão amontoadas. O termo não é outro não.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Deputado Gervásio Silva.

Registro a presença do Deputado Fernando Marroni, do PT do Rio Grande do Sul, a quem pergunto se deseja usar a palavra, como não membro, por 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI** - Rapidamente. Muito obrigado, Presidente Silvio Torres. Quero saudar a todos que vieram a esta audiência pública.



Sou de Pelotas, cidade que, há 4 anos, passou por um desastre e, agora, 4 anos depois, passa por desastre maior ainda. O Prefeito da cidade hoje me convocou para que eu pudesse ajudar aqui em Brasília na liberação dos recursos. Também me somo àqueles, particularmente de Santa Catarina, porque já faz muito mais tempo.

Mas ficamos sem entender, e o Prefeito quer saber onde está trancando, o que ele precisa fazer para que os recursos que foram destinados pelo Ministro possam ser usados nas obras de recuperação.

Então, a minha presença aqui é nesse sentido, tentar ajudar.

Se pudermos ajudar, nós Parlamentares, o Ministério, bem como os órgãos responsáveis, que possamos colaborar nesse sentido.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Deputado Fernando Marroni.

Tendo em vista que a lista de Parlamentares inscritos já se encerrou, registro um pedido do Vereador Fábio Fiedler, da Câmara Municipal de Blumenau. S.Exa pediu a palavra para fazer um depoimento breve. Vou conceder a palavra. Não sei se há algum Prefeito presente, além do Prefeito que já usou a palavra. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Fábio.

**O SR. FÁBIO FIEDLER** - Obrigado, Presidente, Deputado Silvio Torres, gostaria de agradecer a V.Exa a possibilidade de fazer uso da palavra nesta Comissão.

Quero, sim, dar um depoimento em função do que vivemos na cidade de Blumenau.

Escutando os depoimentos dos Srs. Parlamentares e membros da Mesa, me faço solidário a cada um dos apelos, mas não posso deixar de registrar o que vivemos na cidade de Blumenau.

Desde o dia 22 de novembro, quando tive a incumbência de dar a notícia a uma das pessoas que trabalhava comigo de que o pai dela deveria ser enterrado atrás do terreno da casa dele no bairro Progresso em Blumenau, porque o Exército que muito bem trabalhou na nossa cidade não podia, naquele momento, dar prioridade às pessoas que já estavam morrendo, mas sim às vidas que ele deveria



salvar, percebi que iríamos passar, sem sombra de dúvida, pela maior catástrofe natural que o Brasil já viu acontecer no nosso território, ocorrido na cidade de Blumenau.

Desde então, eu, Vereador de primeiro mandato, cuja posse foi no dia 1º de janeiro deste ano, trabalhei com os demais Parlamentares da nossa cidade, todas as autoridades e a sociedade, diuturnamente, na reconstrução da cidade de Blumenau, como tem sido feito até agora. Quero crer que esse fato também ocorre nas outras cidades, ou melhor, nos 108 municípios atingidos de Santa Catarina.

Isso nos faz estar na rua diariamente. Os Deputados de Santa Catarina que já passaram pela cidade de Blumenau, pelos municípios atingidos, veem a cobrança que nos é feita pelas pessoas; pelas mais de 1.400 pessoas que ainda estão nas moradias provisórias que foram construídas com o dinheiro do município, na cidade de Blumenau; pelas mais de 5 mil pessoas que continuam desabrigadas, morando na casa de parentes ou amigos, muitos deles, dependendo do Auxílio Reação para poder ampliar a renda e continuar subsistindo na cidade de Blumenau; enfim, por toda a sociedade blumenauense, a sociedade civil organizada e entidades de classe, que cobram da classe política reações ao que está acontecendo na cidade de Blumenau.

Quero me solidarizar com os depoimentos sobre investimentos feitos no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Quanto aos números, foram 200 milhões para reconstrução do Rio de Janeiro. Mas só o Município de Blumenau, com 300 mil habitantes, precisa de 700 milhões de reais. Quer dizer, estamos aqui brigando por migalha de 6, 30 milhões, em detrimento de todos os 700 milhões de que necessitamos. O Estado de Minas Gerais, que, em certa parte, desistiu de buscar demais projetos, fez investimentos de 50 milhões de reais na reconstrução e, só o Município de Blumenau investiu, com recurso próprios, até agora, mais de 30 milhões, sendo que 23 são recursos para manutenção de obras.

Estão ao meu lado o Secretário de Obras de Blumenau, engenheiro Alexandre Brollo, e o Secretário Extraordinário de Reconstrução do Município de Jaraguá do Sul, Ingo Robl, aos quais faço coro e voz. As obras de manutenção, de desassoreamento de mais de 45 ribeirões, de desentupimento de boca de lobo, de retirada de barreira, tudo somou 23 milhões de investimentos no Município de

[P25] Comentário: Sessão:0321/09  
Quarto:25 Taq.:Andréa Nogueira Rev.:



Blumenau, sendo que nosso orçamento para manutenção normal, em todo o ano, é de 18 milhões! E, desses 23 milhões, ainda estamos com 17 milhões pendurados, sem saber de onde vamos tirar dinheiro para pagá-los.

Essa situação é angustiante. Eu poderia estender-me — mas sei que não tenho tempo para isso — sobre a situação da habitação, em que precisam ser investidos mais de 250 milhões, e estamos com dificuldade de receber dinheiro federal para aquisição dos terrenos. Para os primeiros investimentos tivemos de pegar dinheiro das doações feitas pelo povo brasileiro ao Estado de Santa Catarina e recebemos do Governador 8,2 milhões para aquisição de terrenos para as primeiras moradias definitivas referentes às 9 mil que o Município de Blumenau demanda. Eu poderia discorrer sobre a situação da infraestrutura — estrada, saneamento — ou sobre as pessoas e famílias que ainda têm a sua rua destruída, e que não conseguem transitar, os carros continuam passando pelas mesmas picadas abertas nos dias 22, 23 e 24 de novembro, e elas estão indo trabalhar a pé, porque a rua não existe mais e, no lugar, há uma vala de 100 metros de profundidade, com madeira, lama e barro. Eu poderia falar da assistência social, trabalho que, a partir de agora, terá de ser feito pela nossa Defesa Civil, a qual, em função das enchentes de 1983 e de 1984 que assolaram o Estado e Blumenau, estava estruturada, não da forma que deveria, mas estava estruturada. E nossa Defesa Civil agora terá de fazer investimentos em geólogos e engenheiros para analisarem a real situação do solo de Blumenau e dos demais municípios.

Mas esse é também um desabafo. Venho para dizer que todas as propostas aqui apresentadas são essenciais para que — se não por esses recursos que já estão assegurados ou pelos mais de 700 milhões que precisamos investir na cidade de Blumenau; se não por tudo o que precisamos fazer de agora em diante para reconstrução dos 108 municípios que foram atingidos, que equivalem a mais de um terço de Santa Catarina — não mais deixemos pais de família, senhores e senhoras que são batalhadores, passarem por aquilo que ainda estão passando, após 4 meses e meio, na cidade de Blumenau e nos municípios atingidos.

Precisamos, sim, fazer modificações na legislação, para que os recursos, de forma emergencial em situações dessa gravidade, por que todos os Estados já



passaram, sejam fiscalizados de alguma forma e sejam liberados de modo eficiente e eficaz. É o que a população do Brasil espera de todos nós da classe política.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Vereador Fábio Fiedler, da Câmara Municipal de Blumenau.

Concedo a palavra ao último inscrito, Deputado Paulo Bornhausen, da Comissão Externa da Tragédia Climática que acometeu alguns Estados.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Sr. Presidente, primeiro, quero justificar-me. Não fui informado pela minha assessoria — não é culpa da Comissão, mas, um problema interno do meu gabinete — da realização desta audiência pública e, ao mesmo tempo, sou autor de uma audiência pública ao lado, cujo também importante assunto trata de inclusão digital e de outros temas que dizem respeito à sociedade brasileira, e não poderia ter a descortesia com os convidados do meu requerimento de não estar presente, pelo menos, quando falassem. Então, já me justifico e peço desculpas aos meus conterrâneos, pois também sou blumenauense, Deputado Silvio, como o Vereador Fábio Fiedler, que tão bem representa a Câmara Municipal, e todos os demais, como o Deputado Gervásio Silva, as entidades e as pessoas ligadas à Defesa Civil de Santa Catarina, em nome do Major Márcio. Além disso, deixei alguém anotando tudo aqui, para que eu pudesse, ao longo da outra reunião, ter conhecimento de alguma coisa.

Mas me chamou muita atenção a declaração do representante de Minas Gerais, que é um Estado de vanguarda do Brasil, temos de reconhecer essa sua condição, ao dizer que desistiu de enviar pedido a esta Casa porque sabe que não será recebido. Então, diria que Minas Gerais está desistindo de mudar o Brasil. E faço um apelo ao companheiro de Minas para que se some a nós a partir de agora e nos ajude a mudar a legislação federal com relação à questão das ajudas. Tivemos uma Comissão Geral em plenário para tratar da Defesa Civil no Brasil, e é impressionante que, em 500 anos de história e com 200 anos de tragédias documentadas, não tenhamos um sistema de Defesa Civil nacional que funcione como funciona o Corpo de Bombeiros e outras entidades da sociedade brasileira que atuam em episódios, que não são frequentes, graças a Deus, mas que exigem a preparação frequente e a prevenção.

[P26] Comentário: Sessão:0321/09  
Quarto:26 Taq.:Andréa Nogueira Rev.:



Com relação à Comissão de Acompanhamento Externo, Fábio, não tenho nenhum poder mediúnico. Gosto muito de estudar História, e a história da burocracia brasileira é interessante. Se há alguma coisa que não para de crescer no Brasil é a burocracia. O País cresce, decresce, ficamos mais ricos como país, mais pobres, a população cresce, mas nada cresce tão rápido quanto a burocracia. Cresce muito mais que os juros. É impressionante a capacidade de se gerar dificuldades. Gostaria de ter um estudo sociológico mais profundo, talvez mais que Sociologia, outras atividades do conhecimento humano, para que pudéssemos compreender um pouco o que nos faz emburrecer quando nos reunimos e conseguimos atrapalhar a vida de milhares, de milhões de pessoas. Essa é a questão.

Isso aqui não é um lugar de lamentações, é um lugar para se desatar nós, e sempre tenho feito isso. Digo àqueles que são ligados à Defesa Civil que, quando cheguei a esta Casa, no início do meu mandato, escolhi alguma coisa por que lutar, pois há tantas coisas aqui para fazer que poderiam ser boas para o Brasil, mas que são tão difíceis de serem feitas, que resolvi achar que era possível diminuirmos um pouco a carga tributária através de um imposto que, pessoalmente, considerei injusto, porque foi um “171”, ou seja, um imposto que nasceu para uma coisa e se desvirtuou ao longo do tempo. Falo da CPMF. Então, resolvi dedicar-me com certo afinco para que ela sumisse do mapa, para que o temporário não passasse a vergonha de ser permanente, escrito na Constituição Federal, que, infelizmente, tem muita coisa assim. A luta foi válida. Acho que vencemos uma batalha. O povo brasileiro viu que é possível diminuir a pressão.

Agora, com relação à Defesa Civil e a essa questão da burocracia, Deputado Silvio Torres, precisamos avançar de forma diferente. Temos de criar uma rede inteligente menos burocratizada e tirar o que é mais importante. A lei fala em impessoalidade. Não podemos deixar que a discricionariedade dos Governos, o discricionarimos político, às vezes subalterno ou de interesses menores, possa passar por cima de um atendimento da Defesa Civil que seja necessário. Fazer política ou não fazer política — política com P maiúsculo, que deveria ser feita, política pública em questões de desastres — é um negócio fantástico, e a história de Blumenau conta isso. Se Blumenau dependesse do repasse de recursos da União — que é obrigação da União reconstruir após cada problema —, teríamos de mudar

[P27] Comentário: Sessão:0321/09  
Quarto:27 Taq.:Andréa Nogueira Rev.:



de cidade ou fechar Blumenau e sair para outro lugar, porque a reconstrução lá se dá com recursos próprios.

Então, Sr. Presidente, faço um apelo a V.Exa. e ao Deputado Gervásio Silva, que é o Coordenador do Fórum. Há alguns dias, estive com o Coronel da Defesa Civil nacional e foi-nos dito que, num prazo máximo de 15 dias — portanto, no dia de hoje, acredito que até as 16h, porque o banco só faz DOC até esse horário — haveria um DOC do Tesouro Nacional para a Defesa Civil de Santa Catarina, para o Governo do Estado, com o restante do recurso empenhado na Medida Provisória nº 448, na qual a bancada de Santa Catarina carimbou 360 milhões da Defesa Civil. Imaginávamos que esse era o mínimo naquele momento, mas agora é menos que o mínimo, é muito pouco, embora naquele momento imaginávamos ser o mínimo necessário para dar início à reconstrução, mas, até agora, foram transferidos para Santa Catarina menos de 100 milhões.

Estou dizendo isso, Deputado Silvio Torres, porque é necessário que se faça a transferência, é necessário que se caminhe em várias direções, e a principal delas é chegar o recurso para que a reconstrução seja feita. O drama das pessoas de Blumenau hoje não está mais a mídia, no *Jornal Nacional*. William Bonner esteve sentado no parapeito da Prefeitura de Blumenau durante o acontecimento. O *Jornal Nacional* fez várias edições, assim como todos os jornais fizeram, mas já não fazem mais! E as 4 mil pessoas desabrigadas estão lá, vivendo em cubículos! Queremos apenas que não aconteça amanhã, no Estado de Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em outros Estados, uma calamidade como a que atingiu nosso Estado.

Peço desculpas por não ter estado antes na reunião. Coronel, a única intervenção que faço é que, por favor, volte a Blumenau, porque DOC é possível fazer até as 18 horas. Procure o Ministro Geddel Vieira Lima e peça, pelo amor de Deus, que S.Exa. faça essa transferência e supere as questões burocráticas. V.Sa. e sua equipe têm condições de desatar esses nós. Os Relatórios de Avaliação de Danos — AVADANS que povoam os nossos pesadelos, Coronel, se Deus quiser, pelo projeto de lei que apresentamos, vão despovoá-los. Isso tem de ir para a estatística e não para a liberação de recurso. O sofrimento das pessoas não tem nada a ver com o AVADAN, que é um instrumento necessário, mas não para ser aplicado e atrapalhar o resgate e o salvamento das pessoas.

[P28] Comentário: Idem. Andréa N.



Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Deputado Silvio Torres. Peço desculpas mais uma vez por não estar presente. Mas temos fé, junto com Minas Gerais, que, com sua bancada, virá para essa luta no sentido de mudarmos essa situação, criarmos o Fundo Nacional da Defesa Civil, aparelharmos a Defesa Civil e fazermos com que seja uma profissão regulamentada no Brasil. Que essa seja a preocupação, 24 horas por dia, de todos os brasileiros e dessa gente brava que atende à população brasileira. E que não aconteça o que está acontecendo no Norte, que, há 15 dias, sabíamos aconteceria, que foi a maior enchente dos últimos 100 anos. Hoje, as pessoas estão lá passando por dificuldades porque o poder de reação já é pequeno, imaginem o poder de prevenção, infelizmente, com a atual estrutura que não atende nem ao Brasil nem a ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Deputado Paulo Bornhausen.

Registro a presença do Deputado Nelson Bornier, do PMDB do Rio de Janeiro.

Antes de passarmos a ouvir os convidados, quero fazer um pequeno registro, algumas observações pessoais. Obviamente, é praticamente impossível alguém ficar insensível aos depoimentos, aos relatos e às questões que estão retratando o drama na vida de tanta gente, e tanta gente que depende de nós, que depende muito do Poder Público e de todos os que aqui representam o Executivo, o Legislativo e outras entidades.

Hoje, pela manhã, li que o Governo se sensibilizou com a pressão movida pelos Prefeitos do Brasil todo com a queda da arrecadação verificada nos 3 primeiros meses deste ano em virtude dos problemas econômicos que o País enfrenta. Li o depoimento de um membro do alto escalão do Governo dizendo que, em uma semana, estaria liberando cerca de 1 bilhão de reais por conta de repor esse dinheiro que os municípios efetivamente perderam.

Ouvindo agora esses depoimentos, fiquei imaginando se há essa agilidade, essa presteza, essa eficiência, para dar uma resposta política — que não foi nada mais do que isso, porque até uma semana atrás, o Governo não admitia que pudesse tomar a medida que anunciou ontem. Eu não sei como é possível não ter uma resposta tão pronta e importante para essa questão.



Eu até fiquei imaginando, Deputados José Carlos Vieira, Paulo Bornhausen, Felipe Bornier, Ademir Camilo e Gervásio Silva, se não era possível, na medida provisória que o Governo vai remeter para socorrer os municípios com o Fundo de Participação dos Municípios, nós colocarmos uma emenda que transferisse, sem nenhuma burocracia, em razão de uma prestação de contas que deveria ser feita, pelo menos uma parcela desse dinheiro que está sendo devido aos municípios, pelo menos 30, 40 ou 50%, como se fosse um adiantamento que pudesse contornar esses entraves burocráticos para que os municípios possam, pelo menos, respirar e tomar alguma providência. Não imagino, a não ser que seja uma visão muito ingênua e simplista da minha parte, que não seja possível fazer isso.

Queria deixar isso como idéia, não como proposta, e pedir que pudéssemos refletir, como Parlamentares, sobre a possibilidade de incluirmos isso na medida provisória do Governo, que vai poder transferir esse 1 bilhão.

Uma segunda questão é registrar que já temos uma Frente Parlamentar da Defesa Civil, presidida pelo Deputado Acélio Casagrande. Temos também uma Comissão Externa, que o Deputado Paulo Bornhausen representa.

Quero perguntar especialmente aos membros da nossa Comissão de Fiscalização Financeira e Controle se não seria o caso de pensarmos numa subcomissão especial ou permanente para o acompanhamento da liberação desses recursos. E, mais do que isso, para as providências que já estão sendo tomadas, não apenas para minimizar o efeito dos problemas ocorridos, mas também para prevenir, a fim de que não estejamos aqui no ano que vem, em dezembro, ou talvez em novembro, deste ano, lamentando mais perdas de vidas e mais prejuízos que possam ocorrer.

Queria fazer essa sugestão aos Deputados José Carlos Vieira e Felipe Bornier, que foram os autores do primeiro requerimento. Quem sabe a nossa Comissão, que tem espaço para formar uma subcomissão, pudesse fazê-lo. Contaria com certeza com o nosso apoio irrestrito na Comissão.

Por último, quero deixar aqui uma pergunta ao Sr. Ismar. Fiquei em dúvida e gostaria de saber, quando for responder as outras questões, se o TCU já realizou alguma vez uma fiscalização operacional sobre recursos predestinados, como foram



aplicados e, se não foram aplicados, por qual motivo. Se não fez isso alguma vez, gostaria de sugerir que fosse feito.

Deputado Gervásio Silva com a palavra.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA** - Sr. Presidente, quero concordar em parte. Mas, com relação à Santa Catarina, cujos recursos estão empenhados, faltando somente empenhar um recurso do desassoreamento do Porto de Itajaí — o Coronel Wilson pode confirmar —, para qualquer alteração do dispositivo legal sobre a aplicação desse recurso, uma emenda demoraria ainda 60 dias, até tramitar uma por aqui uma medida, e isso quando tramita com toda a rapidez. Sinceramente, não temos condições de aguardar isso em Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Mas não foi essa a sugestão que eu dei, Deputado. Sugeri que nós colocássemos uma emenda na mesma medida provisória, estabelecendo que o Governo vai liberar 1 bilhão de reais para os municípios. Portanto, que pudesse ser inserida uma emenda que já adiantasse os recursos já empenhados em outro projeto de lei ou em outra medida provisória. É uma idéia, uma reflexão.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA** - Tecnicamente talvez a Dra. Ivone e o Coronel Wilson possam nos explicar, mas já que existe o financeiro, os recursos estão empenhados, acredito que não seja por aí.

Quero registrar, e foi apresentado ao representante do TCU, que recebi o telefonema de um Prefeito esta semana pedindo para interceder por ele. Houve a calamidade, seu Município entrou no decreto, Márcio Luiz Alves, atendemos com recursos da Prefeitura. Agora, a Defesa Civil não nos pode, legalmente, reembolsar, porque já atendemos. Só que esse recurso, foi o que disse o Vereador de Blumenau, saiu dos recursos de manutenção do Município. S.Sa., que atendeu lá, agora tem o impedimento legal de receber o repasse dos recursos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Deputado Gervásio Silva.

Vamos agora às considerações finais dos convidados. Existem convidados que precisam sair. O Deputado vai ter que aguardar. Sei que V.Exa. quer ouvir o TCU. Como disse, há convidados que precisam viajar. Vou dar prioridade a eles.



Depois, concederemos a palavra a todos. Todos terão oportunidade de responder.

Concedo a palavra ao Sr. Hudson Braga.

**O SR. HUDSON BRAGA** - Sr. Presidente, com relação a essa sugestão que V.Exa. apresentou de que, na medida provisória, colocaram mais um artigo, os convênios do DNIT — Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — funcionam desta maneira: ele adianta os recursos. Estamos construindo o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Já está depositado na conta do convênio 100 milhões por conta do Governo Federal e nossa contrapartida, para fazer efeito às parcelas das obras que já estão em andamento. Não vejo por que isso não ser possível na Secretaria Nacional de Integração, de maneira que o convênio seja feito e o recurso depositado imediatamente na conta do Município ou do Estado. Vai-se prestar conta posteriormente desse recurso. Se houver alguma irregularidade, haverá a tomada de conta, o TCU vai auditar, enfim. Dentro da linha que o senhor apresentou, já existe esse modelo de funcionamento no Governo Federal. Por que não copiar aquilo que está dando certo?

Peço licença, porque tenho outro compromisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos a presença do Sr. Hudson Braga e do Governo do Rio de Janeiro por ter enviado seu representante para nos ajudar neste debate.

**O SR. HUDSON BRAGA** - Saúdo nosso Deputado do Rio de Janeiro. Estamos desde cedo no debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Concedo a palavra ao Tenente-Coronel Lucas Alves.

**O SR. LUCAS ALVES** - Sr. Presidente, gostaria de agradecer a oportunidade de estar presente, falando deste assunto tão fascinante. Meu coração se enche de esperança, porque, há 2 anos, esse era nosso sonho, que esta matéria fosse debatida nesta Casa, pela força política e capacidade que tem de mudar os destinos deste País.

Quero dizer ao Deputado Paulo Bornhausen que Minas Gerais sempre esteve presente em todos os grandes processos de mudança deste País. Não iríamos nos furtar de estar presentes, com nossa bancada toda unida. Defesa civil é algo muito importante, um assunto que tem que fazer parte da pauta desta Casa



constantemente, porque o aquecimento global e as mudanças climáticas estão aí, e os desastres serão muito mais constantes.

Muito obrigado pela oportunidade. Contem conosco em Minas Gerais.

Parabenizo todos aqueles que, por seu trabalho nesta Casa, tiveram a sensibilidade de assinar os requerimentos, de tomar as providências necessárias para este debate.

Também vou pedir licença. Meu vôo está marcado e tenho que me deslocar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Tenente-Coronel Lucas Alves, Secretário-Executivo de Defesa Civil do Estado de Minas Gerais, representando o Governador Aécio Neves.

Concedo a palavra ao Major Márcio Luiz Alves, Diretor da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, que representa nosso Governador Luiz Henrique.

**O SR. MÁRCIO LUIZ ALVES** - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de discutir este tema fundamental para o desenvolvimento do Brasil, porque os desastres têm imposto aos brasileiros prejuízos que, infelizmente, não recuperaremos tão cedo.

Agradeço à Secretaria Nacional e ao Ministro Geddel Vieira Lima, porque, num primeiro momento em que informamos o desastre, uma equipe da Secretaria Nacional de Defesa Civil, com a presença do próprio Secretário Nacional de Defesa Civil, esteve em Santa Catarina, permaneceu durante todo o desastre, com vários profissionais, auxiliando-nos. Tem sido uma relação muito próxima com a Secretaria Nacional de Defesa Civil. Quando falo que a Secretaria Nacional de Defesa Civil não tem orçamento é porque acredito que o orçamento destinado à Secretaria Nacional de Defesa Civil é infinitamente menor ao necessário para que possamos proteger o nosso povo. Por isso, considero não ter um orçamento.

Quero dizer também, como foi falado anteriormente, que o Decreto nº 6.663 cria uma facilidade, sim, da transferência de recurso da União para o Estado ou da União para o Município, o que não é a mesma coisa para que o Estado possa transferir para o Município. O nó, na Lei nº 6.663, ficou com o Estado. Nós propomos, num primeiro momento, que esse recurso fosse transferido direto para o município. O Ministério, com toda a razão do mundo, argumentou que nós somos mais de 5.600 municípios brasileiros e, se eles tivessem que transferir a todos os



municípios, teriam que ter uma estrutura gigantesca. Mas ainda existe um nó. Está na mão dos Governos Estaduais. Precisamos desfazê-lo.

Quero dizer também que Defesa Civil nunca foi tão falada. Espero, Sr. Presidente, que isso continue e que tenha uma solução rápida. Não podemos ter esse tema por muito tempo, porque, enquanto estamos aqui discutindo, temos pessoas sofrendo, morrendo. E a cada dia, os senhores podem acompanhar, em algum lugar do Brasil, há alguém morrendo ou sofrendo por conta de desastres. O tempo urge e o povo brasileiro merece uma resposta mais rápida e uma comunidade mais segura.

Obrigado. Peço desculpas, porque o meu vôo está marcado para agora.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ACÉLIO CASAGRANDE** - Só uma questão de ordem aqui, Sr. Presidente. Não sei se o Major Márcio anotou, mas eu fiz uma pergunta para que ele e o Coronel Wilson pudessem nos dar uma idéia de quanto tempo — foi a pergunta feita lá fora agora pela imprensa — ainda levaremos para receber esse recurso de vida aos Municípios em Santa Catarina.

**O SR. MÁRCIO LUIZ ALVES** - Bom, primeiro, quero dizer que, da nossa parte, os recursos são do Governo Federal. É uma transferência obrigatória, estão empenhados. Sendo empenhados ao Governo do Estado, não serão transferidos aos municípios, os quais, todos os municípios já sabem, serão empregados pelo Governo do Estado numa aplicação imediata. Inclusive a ... — desculpe, me faltou a palavra — a suplementação do Orçamento de cada Secretaria que receberá esse recurso já foi feita. Mas corremos o risco de estarmos usando o recurso antes de recebê-lo, e isso não é permitido. Então, a suplementação em cada Secretaria de Santa Catarina, que está aguardando o recurso federal para fazer o serviço que foi proposto, já foi feita. Então, nós dependemos hoje simplesmente da transferência. Entendemos que também, segundo o Coronel Wilson e a Dra. Ivone, conversávamos há pouco, ainda há algumas pendências burocráticas, e não saberia dizer quais, porque não depende do Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Eu vou passar a palavra aos representantes do Ministério da Integração Nacional, que representam aqui o Ministro Geddel Vieira Lima, porque creio que as questões de fundo dizem respeito



ao dinheiro não ter chegado ainda de modo mais efetivo a cada um dos Municípios, a cada um dos Estados. Começaríamos com o Coronel José Wilson.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Sr. Presidente, Deputado Silvio Torres, eu gostaria de iniciar este meu fecho de participação nesta reunião dizendo da minha felicidade, porque, desculpe repetir, em 17 anos que trabalho em Defesa Civil, este é um momento ímpar em que vejo o Parlamento brasileiro preocupado em resolver o problema da Defesa Civil. Este é um momento ímpar que não podemos perder.

Já que estamos vivendo este momento, vamos pensar nas 3 vertentes principais para que tornemos a Defesa Civil do Brasil uma Defesa Civil moderna e que possa dar resposta imediata ao desastre e se preparar para eles, não pensando só em obras, mas também pensando em códigos, em posturas, em regulamentos, em leis que possam favorecer a população que vai ser submetida a desastres.

Mas eu gostaria de, na medida do possível — eu fui anotando aqui as questões que foram colocadas, Sr. Presidente —, responder às perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Não, eu gostaria que o senhor respondesse, mas do modo mais objetivo que V.Sa. puder, porque estamos já em processo de votação.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Não, se existe uma pessoa concisa, sou eu. Pode ficar certo.

O primeiro ponto é que nós tínhamos uma legislação muito pesada, Deputado Pompeo de Mattos, muito pesada. Por isso é que para Rolante o recurso demora outro tanto para sair. Mas foi por iniciativa do Ministro Geddel que essa legislação foi mudada, tornando-a mais rápida. Tenho certeza de que hoje o Município de Rolante, ao ser contemplado, recebe o recurso com mais rapidez. A regulamentação da Lei nº 11.775 e também esse art. 51 nessa lei foi uma iniciativa do Governo Federal para que facilitasse essa tramitação.

Respondendo especificamente ao Deputado Felipe Bornier, Deputado: na realidade, o recurso pode ser repassado aos municípios, sem dúvida nenhuma. O Decreto nº 6.663 permite passar o recurso ao município. E o que o município precisa fazer para receber esse recurso? Ele precisa mandar, inicialmente, 4 documentos de produção direta do próprio município. Ele precisa dar uma Notificação Preliminar de Desastres. Tem-se, sim, que mandar, como está agora ocorrendo lá em Altamira,



uma notificação preliminar: que ocorreu uma inundação, com desabamentos, etc. Uma Notificação Preliminar de Desastres.

O segundo documento é o famigerado Avadan, o patinho feio dessa história. Mas há necessidade, porque o que é o Avadan? É o Relatório de Avaliação de Danos. De posse desses 2 instrumentos é que o Prefeito vai fazer o seu decreto. Aí, ele baixa o decreto, faz o decreto de situação de emergência ou de calamidade pública, de acordo com aquela avaliação que fez.

E o quarto documento que o Prefeito precisa mandar para essa transferência obrigatória é o plano de trabalho, porque, minha gente, pelo amor de Deus! Como é que se vai passar o recurso se não se sabe para onde é que vai e o que se vai fazer? Então, tem que haver um plano de trabalho mínimo, simples, em que tenha ali, no objeto: os recursos serão para a recuperação de trezentos e tantos metros de ruas ou tantas pontes, nos municípios tais, tais e tais. Esses são os documentos iniciais, só 4, de autoria da própria Prefeitura.

Agora, infelizmente, nós temos que cumprir a lei. Não é possível, pura e simplesmente, repassar o recurso.

Então, respondendo especificamente a pergunta do senhor, Deputado: o recurso pode, sim, ser repassado a municípios.

O Deputado também falou sobre contingenciamento, se eu não me engano. Para essa Medida Provisória nº 448 não houve contingenciamento. Essa foi transformada em lei e estamos trabalhando em cima dela.

Ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira, pena que ele não esteja aqui. Foi uma satisfação muito grande vê-lo. Foi meu companheiro, nós trabalhamos juntos no então Ministério da Integração Nacional. Eu sou daquele tempo, e ele agora está do lado de cá. Ele já viveu esses mesmos problemas, porque ele era da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.— SPOA —, e fazia as ordens bancárias, os empenhos. Ele sofreu com a gente e sabe o que fala, porque viveu do lado de cá — e teve que negar recursos algumas vezes.

Então, ele lembrou um ponto aqui importantíssimo, simplíssimo e que pode resolver muitos problemas, e já resolveu. Por exemplo, na LDO, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é só botar alguns dispositivos facilitando a transferência de recursos em casos de situação de emergência ou calamidade pública. E ela já fez este ano,



por sugestão nossa, da Secretaria Nacional de Defesa Civil. A LDO deste ano já traz que nós podemos considerar o desastre já a partir de uma Notificação Preliminar de Desastres — NOPRED. Já a partir de uma NOPRED, consideramos um desastre para reduzir a contrapartida. E o município, estando em situação de emergência, a contrapartida vai para 1%. Em alguns casos, ela chega a 20%. Vai para 1%, estando em situação de emergência, e consideramos desde a NOPRED. Isso já está na LDO.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Na LDO de 2009?

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Na LDO de 2009. Já está valendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Mas, mesmo assim, o recurso não chegou.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Não,...

**O SR. DEPUTADO ACÉLIO CASAGRANDE** - Presidente Silvio Torres, eu só queria perguntar ao Coronel Wilson, para que ele possa colaborar nessa sua explicação. Nesses 4 documentos, ainda é preciso a homologação do decreto de emergência nacional?

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Não, mas tem 180 dias para fazer. Se, em 180 dias, o Prefeito não conseguir enviar a documentação exigida para que esse reconhecimento seja feito, aí... Mas são 2 processos que correm paralelamente. O recurso não deixará de ser repassado. Antes era assim. Hoje, ele...

**O SR. DEPUTADO ACÉLIO CASAGRANDE** - Sim, mas quando o recurso é repassado para o Estado num montante "x" para todos os municípios, tem...

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Não entendi a pergunta do senhor.

**O SR. DEPUTADO ACÉLIO CASAGRANDE** - Santa Catarina, por exemplo, vamos dizer que recebeu 500 milhões. Santa Catarina não pode fazer com os mesmos documentos um repasse aos seus municípios. A meu ver, era preciso ser definido antes pelo Governo de Santa Catarina quais municípios receberiam o montante "x" para que pudessem ser contemplados só com os 4 documentos.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Não, se eu entendi, o Plano de Trabalho, apresentado pelo Governo do Estado, diz quais os municípios que vão ser atendidos. Isso é o mínimo que a gente precisa saber.

**O SR. DEPUTADO ACÉLIO CASAGRANDE** - E o valor?



**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - A legislação prevê transferência obrigatória do Governo Federal para Estados e Municípios. Nós não podemos interferir na legislação estadual, infelizmente.

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Só para complementar, fazendo uma réplica ao Coronel José Wilson, em relação a essa documentação. Desses 18 municípios afetados Estado, 16 que foram afetados já estão com a documentação. Mais da metade já foi liberado, autorizado, empenhado. E por que não sai?

Ressalto a necessidade de debater aqui essa documentação inicial. É claro que o Prefeito tem de se ajustar, mas muitos Prefeitos não estão preparados em relação a isso. Imagina você, no momento de uma chuva, falando aqui dos municípios que foram afetados por 6 enchentes consecutivas em menos de 2 meses. Imagine um Secretário de Defesa Civil dizer: *“Olha, eu vou parar aqui para ficar complementando documentação”*. Então, a minha sugestão é no sentido de se criar um mecanismo de Defesa Civil Nacional de orientação para esses municípios. Como o Secretário vai parar e dizer: *“Espera aí que eu tenho que parar para atender agora o Estado do Rio de Janeiro”*. Ou parar de atender alguém que está morrendo, porque ele tem de pensar primeiramente na documentação. A meu ver, esse detalhe é muito importante, porque isso vai voltar a acontecer. Este ano vai acontecer. É um alerta que faço aqui. Isso vai se repetir em todos esses municípios no Estado do Rio de Janeiro e também nos demais Estados, porque isso vem ocorrendo com maior periodicidade.

O que vai acontecer? Qual é a sugestão de V.Exa., com a sua capacidade e a sua vontade? Eu tenho certeza de que é a melhor possível, e com certeza do Ministro Geddel, que recebeu muitos Prefeitos no Ministério. Tenho certeza de que ele tem a maior vontade possível. Essa é a vontade desta Comissão e dos demais Deputados de orientar principalmente os Prefeitos e os Secretários. Volto a dizer: muitos desses Secretários assumiram o mandato há 4 meses. Eles chegam lá com uma vontade de trabalhar, mas com pouca experiência. Não adianta somente a vontade de fazer pelo município se não há esse ideal, simplesmente essa orientação básica, que é básico para V.Exas., mas, para os municípios que não têm o mínimo de infra-estrutura, tenho certeza que vai ser um pontapé inicial muito importante para a orientação emergencial desses municípios.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Deputado Felipe Bornier, vamos deixar o Coronel falar, depois V.Exa. poderá usar a tréplica, porque o Deputado também — só para o senhor complementar as outras perguntas. Depois, o senhor terá direito a ...

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Em relação ao que disse o Deputado Pompeo de Mattos, quero dizer, como já falei, no caso de Rolante, que, se estivesse sob a égide do Decreto 6.663, teria saído mais fácil. Mas o Ministro Geddel Vieira Lima já autorizou a liberação de 30 milhões de reais para os municípios do Rio Grande do Sul. Nós já recebemos os Planos de Trabalho que estão sendo analisados por determinação do Ministro Geddel. Esse recurso será liberado o mais rápido possível, dentro da categoria de transferência obrigatória.

O Rio Grande do Sul cumpriu exatamente o decreto: em menos de 30 dias, um Capitão da Defesa Civil do Rio Grande do Sul, com os processos debaixo do braço, levou esses 4 documentos, considerados de transferência obrigatória. Portanto, para transferência obrigatória, o Estado do Rio Grande do Sul terá e a cidade de Pelotas está bem aquinhoadas. Isso não foi discricionário, não foi o Ministério que resolveu. Em reunião realizada no Rio Grande do Sul, os Prefeitos elegeram as Prefeituras que seriam atendidas com esses 30 milhões de reais.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - É uma reunião da bancada gaúcha também quando o Ministro decidiu os 30 milhões de reais, que são destinados ao Rio Grande do Sul como um todo. Claro, preferencialmente para Pelotas, mas Rolante também está junto.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - O Deputado Paulo Bornhausen não está presente, mas a informação é importantíssima para esclarecimento.

Eu estava na reunião do Fórum Parlamentar Catarinense e, na hora que o Presidente do fórum, Deputado Gervásio Silva, pressionou-me para que eu desse um prazo para que fosse assinado o convênio, eu disse, e repeti e digo agora novamente: para que o convênio seja assinado, já que a pendência dos 120 milhões, se seria transferência obrigatória ou transferência voluntária, ficou naquela reunião — o senhor é testemunha disso —, foi aceito pelos presentes que se tratava, de fato, de transferência voluntária. Então, entra na situação de convênios. Eu disse: o senhor pediu um prazo. Quinze dias dá para fazer? Dá. Por que eu disse

[P31] Comentário: Sessão:0321/09  
Quarto:33 Taq.:Lelaine Rev.:



que dava? Se o Estado entrar com a proposta, ela bate no Ministério, vai ser analisada sumariamente, volta, nós rodávamos um convênio, iria para a jurídica e assinaríamos o convênio com cláusula condicionante. Quer dizer, os documentos faltosos teriam prazo de entrega, e nós hoje teríamos esse documento assinado, sim, senhor, e publicado. Por que não temos? Por que não vai, como o Deputado me instigou, me provocou, à ordem bancária? Porque a decisão tomada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a Defesa Civil e as Secretarias foi insistir na transferência obrigatória e não na transferência voluntária.

Portanto, os documentos necessários para que aquele recurso fosse formalizado, através de um convênio, pela transferência voluntária, infelizmente não foi possível fazer.

Estou satisfeito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado José Carlos Vieira.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA** - Faltou ainda o senhor responder o seguinte. Eu perguntei ao Major Márcio e ele me disse que o Estado não pode responder. Mas eu queria complementar o que o Deputado Felipe Bornier disse. Antes de o senhor responder quando acha que os recursos vão chegar aos Municípios de Santa Catarina, pergunto o seguinte: o que aconteceu de errado, já que a LDO prevê, como o senhor disse, e os recursos da MP não foram contingenciados, quer dizer, foram empenhados? O que aconteceu em Santa Catarina que, decorridos quase 5 meses, os Municípios ainda não receberam? Por que esse prazo? O senhor disse que no Rio Grande do Sul, vai sair mais rápido, porque temos o decreto e são só 4 documentos. Por que em Santa Catarina...

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Se é tão fácil, por que não é liberado, uma vez que os documentos já estão lá? Se é tão fácil...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA** - Talvez o senhor que está lá dentro saiba com detalhes, mas nós aqui estamos angustiados porque não sabemos o que está acontecendo. A verdade é que nos falta essa informação. Por que não sai e quando vai sair?



**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Deputado, infelizmente eu não posso dar um prazo ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Com a palavra o Coronel José Wilson. Só para registro de gravação.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Infelizmente eu não posso dar um prazo, porque não é o Governo Federal que vai levar o recurso para o município. O Governo Federal tem a obrigação de passar o recurso para o Estado. Agora, nós somos escravos da lei. Nós temos de cumprir o decreto. Os 4 documentos são esses: AVADAN, NOPRED, Decreto e Plano de Trabalho.

Estou com 2 processos de Santa Catarina que estavam faltando ainda AVADAN e NOPRED de pouquíssimos municípios. Mas eu não posso enviar à jurídica faltando documentos, porque ela vai dizer: "*Olha, não está cumprindo o Decreto 6.663*". Infelizmente, eu não posso dizer quando o recurso vai chegar ao município.

Agora, com relação ao Rio Grande do Sul, a opção foi passar ao município. Nós estamos trabalhando com os municípios. Os Planos de Trabalho vão ser feitos, já chegaram e estão sendo analisados. Cada município apresentou o seu Plano de Trabalho.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA** - Quanto tempo vai levar esse processamento?

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Vai ser analisado. Quero deixar bem claro que por mais breve que queiramos seguir, é preciso ter um Plano de Trabalho dizendo o que vai fazer e onde vai fazer, e tem que analisar os preços, se não o TCU vem em cima de nós dizendo que aprovamos um repasse de recurso cujos preços estão muito acima do SINAPI. Então, pelo menos uma análise tem que ser feita, por mais sumária que seja.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI** - O.k., Coronel.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Eu empenho minha palavra de que a determinação do Ministro Geddel Vieira Lima é de que esse processo ande o mais rápido possível. Mas há alguns entraves burocráticos legais e não podemos ser irresponsáveis ao repassar o recurso a qualquer custo e depois ser responsabilizados.



**O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI** - Coronel. Uma última pergunta, Presidente, se o senhor me permite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Deputado Fernando Marroni.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI** - A Defesa Civil do Ministério tem capacidade para analisar tantos processos assim do País, porque se for esperar pelo rito de cada um para avaliar o preço, etc., etc.... Se há desastre no Acre, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, quantas pessoas, engenheiros, apropriadores de custo há para fazerem esse trabalho? Essa é a pergunta que se impõe.

Se eu estiver com tudo certinho, até preço, quanto tempo leva?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Coronel, para responder, rapidinho. Agora nós queremos...

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Posso dizer ao senhor, pela minha experiência na Defesa Civil, que já houve anos em que repassamos, assinamos 1.300 convênios, sob a legislação antiga. No ano passado houve mil convênios. Nós temos condição de analisar. Mas é preciso chegar a documentação. Não é possível, desculpem-me, passarmos 4, 5, 6, 15, 17 *fax* cobrando documento e o documento não vem.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA** - Presidente.

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Coronel, faltou...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI** - Isso é verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Deputado José Carlos Vieira, nós precisamos finalizar.

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Presidente, eu não entendi o seguinte. Eu quero ouvir o TCU.

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Lá, foram 108 municípios atingidos; temos que ter a documentação completa dos 108, para sair recurso para um?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA** - É que é para o Estado.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Posso responder?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Sim, Coronel.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Não, Deputado, a documentação completa tem que ser o mínimo. Olhe só: o município não declarou situação de emergência?

[p33] Comentário: Desse ponto até antes fala da Dra. Ivone eu apenas deduzi que seriam esses Deputados, porque só há o roteiro do som e por ele não dá para ter certeza.



Então, se ele fez isso não pode ter sido feito uma coisa “em cima da perna”. Ele declarou porque teve uma notificação preliminar de desastre e teve um relatório de avaliação de danos. São esses documentos e o plano de trabalho.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA** - Mas por que não foi para nenhum município?

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Presidente, uma sugestão: quando será nossa reunião junto ao Ministério, com os demais Parlamentares, para saber quais são os municípios e de quais deles falta documentação, para pessoalmente cobrarmos dos Prefeitos?

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Isso é questão de horas, Deputado.

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Porque eu acho que os Deputados aqui estão dispostos a ler e saber quais são...

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Eu falei com o Major Márcio, são 2 ou 3 municípios só, que ele disse que já está vindo. Isso é coisa rápida.

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Então, o senhor acha que não podemos perder o momento? O momento é favorável a isso.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** – Agora, volto a insistir com o senhor. A responsabilidade do Governo Federal é de repassar o recurso para o Governo do Estado. O recurso chegará aos municípios. Nós não podemos interferir nesse procedimento.

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Mas esse conselho no caso não acontece no Rio Grande do Sul, como está sendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Não, é porque foi outro tipo, Deputado Felipe Bornier.

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Não, é porque foi para um município.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Foi outra forma.

Eu acho que o Coronel já deu as explicações. Se algum Deputado tiver interesse, poderá perguntá-lo diretamente, logo depois que nós acionarmos a...

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Eu e a Dra. Ivone estamos completamente à disposição dos Srs. Deputados, dos senhores assessores, lá no Ministério da Integração, para dar qualquer tipo de informação.



Duvido que alguém diga que eu deixei de retornar uma chamada. A qualquer hora do dia ou da noite pode perguntar a coisa mais absurda do mundo, que nós estamos lá para atender. Porque é esse nosso papel, nossa função. Nós somos servidores públicos e vestimos essa camisa do servidor público. Se eu não estiver servindo, eu peço meu boné e vou embora. Eu tenho tempo para ficar aposentado.

*(Intervenções paralelas longe do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Coronel, nós agradecemos ao senhor, mas a Dra. Ivone tem direito a uma resposta, também, que ela já nos pediu uma réplica.

**A SRA. IVONE MARIA VALENTE** - Eu acabei de chegar. Então, falta muito.

Há um mês e pouco que cheguei à Defesa Civil Nacional e dezessete à Defesa Civil de Salvador. Esses cenários que os senhores acabam de relatar, o Deputado José Carlos Vieira, sobre famílias desesperadas, depoimentos desse tipo, eu vivi na Defesa Civil de Salvador, pois somos também vítimas anuais de deslizamentos de terra.

Eu quero só esclarecer, para não confundir, que a ação de apoio psicológico, Deputado Felipe Bornier, não é terapia para desabrigado, não. São ações de apoio para que as pessoas consigam resgatar sua capacidade de reagir a essa situação. Um cenário de desastre, é um desastre, é caótico; não há o que discutir. Perde-se o controle. Todos perdem o controle.

Há várias ações que eu propus ao Prefeito de Gaspar, se eu não me engano, e já se iniciaram, juntamente com a Coordenação Estadual, com o Coordenador **Márcio**, ele mobilizou o Conselho Federal de Psicologia.

Já há profissionais mobilizados para atuar nesses locais em que as famílias estão abrigadas em condições precárias, para que haja identificação da estratégia para que até o Poder Público conte com o apoio desses moradores. Porque eles estão numa fase que nós chamamos de depressão e revolta. É a pior fase para trabalharmos com eles. Tudo que o Poder Público oferecer e alternativa que der, provavelmente, eles negarão e rejeitarão.

Tem que se aproveitar o momento, sim, para trabalhar com a capacidade de resiliência, com a capacidade natural do ser humano; e eles podem contribuir com mutirões, ações coletivas, para melhorar as condições deles. Demorará? Sim. É



outra discussão, e é importante que fique claro, que ajudará muito as equipes que estão lidando com isso, a transparência da informação.

Eu já ouvi vários dos senhores aqui falarem sobre a dificuldade de informar; os senhores são cobrados “quando o dinheiro chega? Quando o dinheiro chega?” Não dá para mudar o foco. Não é o dinheiro em si, é a ação. São várias ações. Se ficarmos presos realmente à casa pronta, à ponte pronta, à estrada pronta, esse discurso acabará se esgotando rapidamente.

Temos que mudar o foco e pensar em alternativas para minimizar os efeitos daquela condição, sem perder a perspectiva de futuro; futuro de 6 meses, 1 ano, e até, como há exemplos, os senhores sabem, de levar 5 anos para se chegar à reestruturação, à recuperação daquele cenário.

Eu insisto em dizer para não perdermos a perspectiva de fazer prevenção, e não obra preventiva. São diversas ações. Quem trabalha com defesa civil sabe que há diversas ações. A Secretaria Nacional tem programas, sim.

Quero lembrar — não sei quem dos senhores esteve presente num encontro de Prefeitos, proporcionado pelo Presidente Lula, ainda este ano, se não me engano — que a sala que destinaram à Defesa Civil não tinha muitos Prefeitos. Sinalizou para nós que, dentre todas as salas destinadas a programas de Governo, a da Secretaria Nacional de Defesa Civil não foi muito procurada. Isso é sinal do que o Coordenador Márcio falou, que nosso problema, nossa maior vulnerabilidade é a cultural.

Nós estamos muito felizes de a Defesa Civil — eu digo, cheguei agora à Secretaria, mas sou da Defesa Civil há mais de 17 anos —, nós, do Sistema Nacional de Defesa Civil, estamos muito felizes com esse tema aqui na Câmara e no Parlamento. Vocês não fazem ideia da contribuição que estão dando para o sistema.

Cenário de desastre nós conhecemos; ações de prevenção, recuperação, com todas essas nós lidamos anos e anos. Nós sabemos onde é o problema e agora os senhores sabem, estão revelando isso, e com certeza sairão as soluções mais adequadas.

É a legislação? É. Mas é também cultura, é trabalhar com o conceito de prevenção na escola, desde criança, em todos os níveis. A percepção de risco não está relacionada a grau de escolaridade; ela está em qualquer nível social e



econômico. Não temos essa percepção de risco apurada, desenvolvida. Precisamos desenvolver isso, se não continuarmos com nossas vulnerabilidades, não só físicas, regionais, mas principalmente as culturais.

Quero agradecer, em nome da Secretaria e do Ministério, do Ministro Geddel, pela oportunidade, e estamos à disposição na Secretaria.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Presidente, antes de V.Exa. passar a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Só para citar, se V.Exa. me permite, que estão conosco acompanhando, o que foi Vereador e Secretário do Município de Rolante, Dirão Gonçalves; os Vereadores Jair Silva, Daniel Torres e o Luciano Altneter. É um time inteiro de Rolante, no Rio Grande do Sul, preocupados. É o que o Coronel...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Que ouviram uma boa notícia agora do Coronel.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Ouviram a boa notícia do Coronel e estão entusiasmados. E nós também estamos entusiasmados.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Eu passarei a palavra ao Sr. Ismar, do TCU, para fazer suas considerações, especialmente ao Deputado Ademir Camilo, que está muito ansioso, e depois darei a palavra para o Deputado Gervásio Silva, que também quer fazer mais um comentário.

**O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ** - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, eu anotei todas as questões que me foram dirigidas e tentarei respondê-las uma a uma, bem objetivamente. Mas antes de mais nada eu gostaria de fazer um registro: quando eu mencionei aqui, na minha fala, que era até compreensível que o Ministério tivesse cautelas para celebrar seus convênios e autorizar a transferência em função do cumprimento da lei, não quis dizer com isso — como me parece em algum momento ficou claro — que o TCU é um empecilho a essa liberação de recursos. Quero deixar muito claro que, pelo menos ao que me consta, o TCU não é impedimento para que esses recursos sejam liberados.



O Deputado Pompeo de Mattos — que bom V.Exa. ter voltado — falou de uma força-tarefa. Queria dizer o seguinte. Foi mencionada a figura do nosso Presidente, Ubiratan Aguiar, egresso desta Casa, como belíssima figura humana, muito sensível. Vou estender o comentário que farei a ele aos demais Ministros que migram do Congresso Nacional para o Tribunal, que levam para nós, corpo técnico, uma visão de mundo, uma visão política muito mais ampliada. Mas eu gostaria de deixar muito claro que também o corpo técnico do TCU, do qual eu tenho a honra de fazer parte, é sensível a situações de calamidade pública, de desastre e que não há antagonismo em relação a isso. Nós também queremos soluções para esse problema e vamos construí-las. Vamos ajudar, se for permitido, se for solicitado.

Deputado Pompeo, para essa força-tarefa que V.Exa. propõe, pode, desde já, contar conosco. Todos devem saber, mas, para aqueles que não sabem, temos uma secretaria do TCU em cada capital dos Estados brasileiros, que está absolutamente à disposição dos senhores para interação, para visita das obras, enfim, para auxílio.

O TCU observa o cumprimento da legislação pelo Governo, nunca é demais dizer isso. Porém, um aspecto que gostaria de enfatizar é que o controle externo, como todos aqui sabemos, é competência desta Casa, exercida com auxílio do TCU. O auxílio que nós entendemos melhor poder prestar a esta Casa é avaliar se a sua legislação aprovada está sendo observada pelo Governo. Essa é uma forma de, entendemos, estar sendo muito mais colaborativos com os senhores e com esta Casa, que tanto respeitamos.

Deputado Silvio Torres, até antecipando um pouco e respondendo à sua questão, efetivamente nós não temos nenhuma avaliação da ação do Governo, do ponto de vista operacional, sobre a liberação desses recursos. O TCU não tem, neste momento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Não especificamente desses recursos, mas de qualquer outro recurso anos atrás, no histórico. Se há alguma coisa é o que gostaria de saber.

**O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ** - Sim, podemos fazer uma pesquisa e encaminhar. Mas especificamente em relação aos recursos para as áreas que



passam por calamidade pública e situação de emergência nós não temos, o que não impede que venhamos a fazer, se assim esta Comissão entender necessário.

É bom que se diga que todas as solicitações do Congresso Nacional têm absoluta prioridade para nós, do TCU; elas furam qualquer fila. O resultado de uma auditoria é entregue aqui em menos de 6 meses, o que, posso garantir, é recorde em instituições como o TCU mundo afora. Se for demandado de nós a avaliação das condições do Governo em processar, em analisar esses pedidos, na eficiência com que faz isso ou mesmo a observância da legislação que está sendo praticada, faremos com muita satisfação e muito prazer.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Está aí uma idéia, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Sem dúvida.

**O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ** - Deputado Ademir Camilo, anotei suas perguntas, muito objetivas e muito pontuais. Eu diria que seria até melhor que fossem objeto de uma consulta formal ao Tribunal. Assim, V.Exa. e todos os demais teriam uma resposta oficial do TCU. Farei apenas rápidas considerações da minha visão de técnico sobre como superar o SICONV com o Decreto nº 6.663.

Sabemos, sim, que está havendo um antagonismo, um problema na migração dos processos, das solicitações feitas com base no Decreto nº 6.663 em relação ao SICONV. É bom que se diga, também por justiça, que o SICONV, para nós, constitui avanço na transparência dos convênios, das transferências realizadas pela União. Acho que talvez se precise de uma ação pontual no sentido de podermos avaliar se os empecilhos que estão sendo causados em relação aos recursos da área de emergência e calamidade podem ser superados sem alteração de legislação, apenas com determinação do TCU à STN, por exemplo. E podemos fazê-lo.

V.Exa. nos pergunta também sobre como superar o caso da inadimplência. A lei é muito rígida em relação a isso. A lei especifica um caso muito pontual de superação da inadimplência dos municípios quando a Prefeitura ingressa com ação contra o Prefeito identificado como responsável. Mas não é exatamente esse o caso aqui.

O que acho que estamos discutindo aqui é de que forma diferenciada deve ser tratada, e compartilhamos da idéia de que a situação de emergência tenha



tratamento de emergência, tenha trâmite rápido, célere. Aí talvez possamos definir como solução que nesses casos também haja exceção, também haja abertura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Porque ninguém deixará de ser responsabilizado futuramente.

**O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ** - Claro. Aliás, todas as normas são...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ** - Exatamente. Até prova em contrário, todos são inocentes. E todas as modalidades de transferência — os colegas do Ministério sabem — implicam posterior prestação de contas. Nesse momento se avalia a efetiva aplicação e todos terão seus atos analisados.

A questão das pontes, Deputado Ademir Camilo.

Tenho muito poucas informações aqui sobre a licença ambiental no local em que já havia uma ponte. Se V.Exa. permitir e posteriormente me der mais dados, talvez eu possa avaliar se a competência do licenciador é do Estado ou da União. Talvez eu possa ajudá-lo.

**O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO** - Trata-se de resolução do CONAMA.

**O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ** - Eu fico com o compromisso de dar-lhe um auxílio melhor.

A propriedade dos terrenos, da mesma forma, esbarra na legislação. Também temos de avaliar de que forma podemos aperfeiçoar a lei nesse sentido.

O Deputado Gervásio Silva nos pergunta de que forma podemos superar a burocracia. Eu sugeriria 3 medidas.

Primeira: investir em projetos bem elaborados pelos municípios e Estados que pleiteiam os recursos. Isso é fundamental. A ausência de um projeto bem elaborado é o início de um problema muito grave, segundo a nossa experiência na análise de tantos atos e projetos.

Segunda: celeridade e eficiência na tramitação e análise pelo próprio Governo, contribuindo logicamente para a eliminação dos empecilhos burocráticos.

Terceira: não poderia deixar de enfatizar a revisão da legislação onde for necessário, para o que, mais uma vez, Presidente Deputado Silvio Torres e demais Deputados, colocamo-nos à disposição desta Casa. O TCU tem enorme satisfação em continuar essa parceria, que tem gerado tão bons resultados, especificamente



com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que tanto em comum tem conosco. Embora tenhamos interação e trabalhos com todas as demais Comissões desta Casa, com esta temos identidade especial.

São essas as minhas rápidas respostas, tentando ser bastante objetivo e pedindo desculpas se não as dei na profundidade adequada. Mas me coloco à disposição de todos os senhores.

Sou hoje Secretário da 4ª SECEX — 4ª Secretaria de Controle Externo do TCU, que tem a responsabilidade de fiscalizar o Ministério da Integração Nacional, dentre outros. Por isso o Presidente me indica, por isso estou aqui. Mas posso garantir que todo o Tribunal está à disposição, não só do Governo e do Ministério, mas dos Deputados, dos membros desta Casa, para auxiliá-los.

Gostaria de agradecer à Comissão pela oportunidade. O TCU é dos senhores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Obrigado.

Gostaria de saber se o Deputado Gervásio Silva quer fazer uma última consideração.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA** - Só quero fazer referência às colocações do Coronel Wilson e do Deputado Vieira.

Na reunião do fórum combinou-se o repasse via convênio, mas o Estado decidiu seguir na transferência obrigatória após aquele momento. A data aprazada para que o convênio estivesse pronto é hoje, 15 dias depois. O que eu queria pedir ao Coronel, se fosse possível, é que se fizesse um *check-list* para verificar quais são os municípios de Santa Catarina com pendências. São 108 municípios. Cem não podem ficar parados por causa de 8.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Parece que é por causa de 3 municípios.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA** - Três? Então vamos conversar...

**O SR. ISMAR BARBOSA CRUZ** - São 11 processos.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA** - Então temos que cobrar isso do Coronel Márcio.



O outro pedido — não sei se o Coronel teria condições de nos posicionar — é o empenho do saldo do recurso do desassoreamento do Rio Itajaí-Açu. Só isso.

Quero dizer aos colegas de Santa Catarina, aos representantes de Blumenau que nós saímos daquela reunião dizendo à imprensa que em 15 dias sairia o convênio, só que, por opção do Estado, decidiu-se seguir outro caminho, o da transferência obrigatória.

Essa etapa foi superada com a decisão do Estado de seguir o caminho da transferência obrigatória.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Deputado Sílvio...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sílvio Torres) - Pois não, Deputado Paulo Bornhausen.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Esse foi o tema que levantei. Já justifiquei porque eu estava nessa corrida, de um lado para o outro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sílvio Torres) - Então o Coronel respondeu a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Respondeu. E é exatamente o que agora disse o Deputado Gervásio Silva. Tem alguém anotando para me levar lá — é analógico mesmo, escrito, não é nada digital.

Quero perguntar a V.Sa. qual a diferença burocrática entre transferência obrigatória e transferência voluntária do Ministério.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Posso responder?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sílvio Torres) - Pois não, Coronel.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Este esclarecimento é muito oportuno para todos: a transferência voluntária é essa feita por convênios, mediante o SICONV — Sistema de Convênios, Portal de Convênios, e exige uma série de documentos; a transferência obrigatória exige, inicialmente, aqueles 4 documentos para darmos prosseguimento.

Na transferência, como discutimos no fórum catarinense, não existe um mal maior. Por isso chegamos a um consenso. Eu mostrei que a Lei nº 8.666, no seu art. 24, liberava da licitação. Tínhamos condição de assinar esse convênio com brevidade, em 15 dias. Agora, há o mínimo de documentação a ser apresentado.

[MSOffice36] Comentário: Sessão:0321/09  
Quarto:38 Taq.:Herieudes Rev.:

[MSOffice37] Comentário: Favor conferir orador.



Claro que, sendo transferência obrigatória, o rito é muito mais sumário do que o rito que se tem com a adoção do sistema de convênios.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Quer dizer que no momento em que nós carimbamos os recursos na medida provisória eles deixaram de ser voluntários e passaram a ser obrigatórios. É isso?

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - No momento em que o município atendeu aos dispositivos da Lei nº 11.775, regulamentada pelo Decreto nº 6.663, isto é, se ele apresentar dentro de 30 dias aqueles 4 documentos, estará enquadrado na transferência obrigatória, após a aferição do Ministério da Integração. Existe um ritual.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Está bom.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Mas isso não é empecilho, de maneira nenhuma.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Tudo bem. Então, só para esclarecer — acho, inclusive, que essa também é a dúvida do Deputado Gervásio —, pergunto-lhe se esses recursos foram carimbados não para municípios, mas para o Estado de Santa Catarina, na medida provisória.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Transformaram-se de voluntários quando a rubrica era nacional e passaram a ser obrigatórios com a rubrica de Santa Catarina. Perfeito? A transferência é obrigatória porque não se pode mandar para outro lugar, tem o endereço. É isso?

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Não, Deputado. No caso do termo “transferência obrigatória”, realmente, teremos que, obrigatoriamente, mandar esses recursos, os 360 milhões, para o Estado de Santa Catarina, porque ele está carimbado para Santa Catarina — o localizador é 0098. Não há possibilidade de mandar o recurso para outro Estado, tem que ir para o Estado de Santa Catarina. Ou pode ser transferido de 2 maneiras: por intermédio de convênios pelo SICONV, que é a transferência voluntária...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Os municípios é que fazem...

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Não, podem ser os Estados também.



**A SRA. IVONE MARIA VALENTE** - A transferência é no objeto da solicitação.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - É. No caso de transferência obrigatória, se Santa Catarina entrou com os documentos em tempo hábil. Não vou dizer os municípios porque quando eu chegar lá é possível que já tenham entregue esses documentos. É coisa muito simples.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Bom, então esses recursos não foram transferidos no dia de hoje porque 2 municípios não completaram a primeira...

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Não, senhor. Vamos colocar a coisa bem...

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - É essa a dúvida.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Os 360 milhões destinados a Santa Catarina foram divididos em 11 projetos.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Perfeito.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Um desses projetos é o de 120 milhões, que está com uma pendência de entendimento: a Consultoria Jurídica do Ministério da Integração Nacional achou que é transferência voluntária porque o Decreto nº 6.663 diz taxativamente que não se aplica a ações preventivas.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Mas isso já sabíamos naquela reunião.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Sim, naquela reunião.

Então, o Estado está fazendo uma nota técnica, bem fundamentada, e querendo convencer a área jurídica de que ali não se trata de ação preventiva e sim de obras preventivas, que são fruto de uma medida provisória, etc. Mas não cabe a mim, como técnico da Defesa Civil, infelizmente...

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - É jurídico.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Eu só queria dizer ao senhor o seguinte.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Mas foi por isso que não foi transferido.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Não, não. Eu só queria dizer ao senhor que, desses 11 projetos que estão correndo, alguns já passaram os recursos da primeira parcela, estão dependendo da segunda. Há 3 na área jurídica que, a essa altura, quando voltarmos ao Ministério, é possível que já tenham chegado lá para analisarmos se existe alguma pendência.



**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Vamos convidá-lo para vir aqui todo dia.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Então, vejam, esses 10 estão em andamento, sem problema nenhum. O problema maior é justamente no convênio maior, de 120 milhões, porque ainda há a dúvida do Governo do Estado de Santa Catarina se será atendido por intermédio de transferência obrigatória, baseado na Lei nº 11.775 e no Decreto nº 6.663 ou se será por transferência voluntária, como disse a Consultoria Jurídica do Ministério.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Perfeito. Mas o senhor, naquele dia, se comprometeu a passar os recursos em 15 dias. Retirados estes 120 milhões que ainda estão em discussão, existe outro crédito. Porque estavam empenhados, se não me engano, aproximadamente 280 milhões. O que impediu de se pagar os outros que não têm esse problema? Essa é a pergunta, Coronel.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Deputado, desculpe-me, mas fui muito cuidadoso em dizer que estávamos tratando — o Deputado Gervásio é minha testemunha — do projeto de 120 milhões. Os outros estão tendo o seu curso normal. Eu não tinha condição de prometer, como não pude dizer para o Deputado José Carlos Vieira, quando esse recurso será passado, porque está dependendo de documentação mínima. A determinação do Ministro é de passarmos esses recursos o mais rápido possível.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Perfeito. A transferência desses 120 milhões dependem da Consultoria Jurídica do Ministério, porque está em desacordo com a orientação do Estado.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Sim. Está no seguinte ponto, agora: a Consultoria Jurídica emitiu parecer, que está dentro do processo, não podemos retirar, afirmando que, com base no Decreto nº 6.663, a transferência tem de ser voluntária.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - O que significa licitar...

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Todavia, o Estado — transferência voluntária é SICONV — optou pela alternativa de apresentar argumentação jurídica para que a Consultoria Jurídica do Ministério considerasse aquela transferência como obrigatória. O nosso receio é de que...

**[MSOffice39] Comentário:** Sr. Revisor, neste "quarto" há muitos "não identificados", porque, realmente, não houve condições de identificá-los. Até tentei identificar um e outro mas como não tive certeza, preferi deixar tudo "não identificado", para não confundir-lo ainda mais. Desculpe-me. Obrigado!!!!



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Um debate burocrático.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Mas é importante termos, Sr. Presidente, a paciência e a tolerância de V.Exa., porque esse tema — estava falando aqui o Vereador Fiedler, que afirmou que não iria dizer isso em Blumenau — é um trauma que estamos vivendo há 15 dias, quando o Deputado Gervásio Silva assumiu o fórum.

Entendo que há interpretação legal, que há isso e aquilo, mas há certas questões — não ouvi a Dra. Ivone — como, por exemplo, os 4 documentos. Há um tal de AVADAN, sobre o qual já me referi, que a FURB, que é uma universidade da melhor qualidade, fez o de Blumenau e, com dificuldade. Por quê? Eu descobri — sou meio chato, Coronel, vou atrás, leio, procuro — que o problema é que há um monte de questões subjetivas no AVADAN, que não estão claras. O AVADAN ainda não é um instrumento que permite que se faça interrupção — e estou falando em questões republicanas, questões sérias —, que impeça fazer chegar o recurso. Estou falando só desse assunto.

Voltando ao tema, Coronel, para nós é uma grande decepção não termos resolvido esse assunto. Uma expectativa se gerou, nos últimos 15 dias, de recebimento desses recursos, com a posição que foi colocada — e aí não é a pessoa do Coronel, é a instituição, que esteve conosco no Fórum Parlamentar —, e agora vem uma posição contrária da área jurídica. Isso é inexplicável. E ficamos com dificuldades. Sei, Coronel, que há um monte de questões legais, e esse é o problema.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Deputado, desculpe-me mais uma vez, mas não foi uma decisão do Ministério, mas uma decisão do Governo do Estado. Já estava acertado que seria repassado o recurso pela transferência voluntária. O Estado resolveu insistir em fazer uma argumentação pela transferência obrigatória.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Mas o argumento para não fazer a transferência voluntária, Coronel, é que vai chegar o próximo desastre e o recurso ainda não chegou. É isso que acontece com a maioria dos municípios: entra-se no rito ordinário de um assunto que não é, é extraordinário, é um problema que aconteceu.



Por isso o Estado está procurando fazer dessa forma. O Governador está com toda razão. Vamos pedir mais vez que se faça a revisão, que novamente se tente procurar o entendimento. Porque hoje é para Santa Catarina, amanhã será para o Rio de Janeiro, para Minas Gerais, para o Espírito Santo, e vamos viver o mesmo drama.

Se eu soubesse desse caso eu teria feito uma emenda para tirar esses recursos que estavam, esses 120 milhões, naquele momento em que fizemos o carimbo, tirar da prevenção e colocar em atendimento emergencial. Eu lhe garanto que muitos projetos também não poderiam ser feitos, porque caberiam na questão da prevenção. Só que ela é uma prevenção de desastres, já dentro de um contexto de desastre.

Eu entendo que há questões legais, mas a gente fica inconformado com essa condição, porque está aqui o desespero, estamos aqui há 4 meses no desespero de tentar fazer alguma coisa a mais. Então, pedir pela undécima vez, sei que isso é chato, que se volte, se procure conversar com a Assessoria Jurídica, com o Ministro novamente, para ver se não é possível, até porque o senhor é advogado e sabe que há várias interpretações que se pode dar à lei, o senhor tem inteligência jurídica, não precisa legislar para encontrar interpretação adequada. Vamos procurar fazer esse salto na burocracia em cima de um percalço que vai prejudicar milhares de pessoas.

Eu estou lhe fazendo este apelo em nome da Comissão de Acompanhamento do Desastre de Santa Catarina. Senão vamos daqui a 15 dias estar juntos de novo discutindo o tema. E o que o Governo está tentando evitar no Estado é passar mais 8, 10, 12, 15 meses nesse processo burocrático.

Era isso, e quero agradecer ao senhor e à D. Ivone, mas fica aqui meu inconformismo.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Só quero dar uma contribuição, Sr. Presidente. O que aconteceu no Rio Grande do Sul? A ponte caiu, a burocracia foi empurrando, empurrando, e tinha que fazer a ponte. O pessoal não atravessava. Daí foi feita a ponte, e o projeto aqui andando, tramitando. Depois, quando chegou a hora de liberar o recurso, depois de 1 ano, foram ver que a ponte já estava feita. Aí disseram: "*Mas como vamos liberar dinheiro para uma ponte que já está feita?*" Mas alguém tinha que fazer a ponte. O Município tem que ser compensado, tem que ser

[p40] Comentário: Sessão:0321/09  
Quarto:40 Taq.:Zagotto Rev.:



reposto esse recurso. Então, esse é um outro drama que a gente vive. Por isso é que têm que ter uma ação imediata, uma reação imediata, porque depois o problema envelhece e não funciona mais. Esse é o drama.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) – O último dos últimos, Deputado José Carlos Vieira.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA** - É que o debate trouxe muitas luzes aqui. Veja só: eu já entendi que existem vários aspectos, vários problemas: o problema cultural, muito bem colocado aqui; o problema ambiental, citado aqui por um colega Deputado; e o aspecto jurídico, da consultoria jurídica, que está sendo colocado de novo agora, já foi colocado naquele caso da tubulação de água, da desapropriação de terras, mas eu queria fazer uma última pergunta ao Coronel José Wilson: decorridos 4 meses e meio, quase 5 meses, o senhor atribui essa demora mais à questão do preenchimento do AVADAN ou à decisão, ou foi indecisão, o que é que está pesando mais nessa demora? Esse é o diagnóstico. Estamos tratando de diagnosticar para poder depois, através de legislação, ou de mudança da legislação, acabar com esse problema que aflige a tantos, como foi dito aqui pelo Deputado Pompeo de Mattos também.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Deputado, uma mudança de legislação que pode ser proposta é que possam ser ressarcidas despesas já realizadas, no caso de defesa civil. Infelizmente, a lei atual não permite isso. Então, vamos colocar na LDO, vamos fazer uma lei específica para que, em caso de defesa civil, permita-se a antecipação de recursos. Hoje a lei não permite que...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA** - Mas sejam ressarcidos os recursos.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Mas essa demora de 5 meses no caso de Santa Catarina o senhor atribui o maior peso ao AVADAN ou a quê?

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Não, absolutamente. Não ao AVADAN. O AVADAN é o patinho feio, é expressão que mais preferimos aqui, mas com certeza foi um dos primeiros documentos que o Prefeito teve que fazer para poder declarar situação de emergência. O AVADAN é uma avaliação de danos.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Então qual é a razão principal?



**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - São várias, são várias razões, infelizmente, num final de tarde eu não poderia explicar ao senhor todas as razões.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ WILSON PEREIRA** - Mas dou minha palavra de honra, como um idoso, que se dependesse da gente — quando digo da gente, digo do Governo Federal, da Secretaria Nacional de Defesa Civil — esse recurso já estaria lá na mão do Prefeito. Infelizmente não é assim, temos que obedecer a certos ritos. Tem que ter o plano de trabalho, que tem que ser analisado. Não pode ser assim. Se no AVADAN está dizendo que naquela cidade tal houve tantas pontes destruídas e tantas casas danificadas, não me venham no plano de trabalho pedir outra coisa diferente. Então, tem que haver uma análise mínima. E são muitos projetos, são muitos processos. O senhor pode ter certeza de que a equipe está trabalhando, fazendo serão, diariamente. Vamos voltar para lá agora, e, com certeza, o pessoal está para agilizar esse processo, porque é determinação do Ministro Geddel Vieira Lima repassarmos esses recursos o mais rápido possível.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA** - Sr. Presidente, gostaria de agradecer-lhe por sua paciência em nos ouvir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - De todos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA** - V.Exa. ficou aqui até às 18h18min. Esta reunião se transformou realmente naquilo que esperávamos: uma fonte de idéias para podermos abreviar o sofrimento das pessoas que foram atingidas pelo desastre.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Silvio Torres) - Obrigado. Concordo com V.Exa. Aliás, parabenizo V.Exa. e os Deputados Felipe Bornier e Márcio Reinaldo, que foram os autores do requerimento. Parabenizo também todos os Deputados que deram a sua contribuição para esta audiência pública, que considero que foi muito importante, muito produtiva. Creio que nós todos temos hoje uma consciência melhor desse antagonismo que já foi descrito aqui entre as exigências burocráticas e as dramáticas necessidades das pessoas atingidas por esses desastres, por essas catástrofes.

[p41] Comentário: Sessão:0321/09  
Quarto:41 Taq.:Sandra Silva Rev.:



Quero agradecer à Sra. Ivone Maria Valente, Diretora do Departamento de Minimização de Desastres do Ministério da Integração Nacional, ao Coronel José Wilson Pereira, Coordenador-Geral de Articulação e Gestão da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Tenho certeza de que ambos sairão daqui mais sensibilizados ainda do que estavam com esses problemas que atingem o nosso País.

Gostaria de agradecer pela presença do Sr. Ismar Barbosa Cruz, que representa o TCU, sempre uma parceria inestimável para a nossa Comissão de Fiscalização e Controle, mais especialmente, e para toda a Câmara Federal; do Sr. José Eliezer, Presidente do Consórcio de Saúde Pública do Noroeste Fluminense; dos demais membros desta Mesa que já se retiraram: o Sr. Hudson Braga, Secretário-Executivo de Obras do Governo do Estado do Rio de Janeiro; o Tenente Coronel Lucas Alves, Secretário-Executivo de Obras de Defesa Civil do Estado de Minas Gerais; e o Major Márcio Luiz Alves, Diretor Estadual da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina; e de agradecer aos Prefeitos, aos Vereadores, enfim, a todos que participaram desta audiência pública.

Convoco todos os Srs. Deputados para a nossa reunião ordinária de amanhã, às 10h, no Plenário nº 9, assim como para a audiência pública que será realizada na próxima quinta-feira, às 9h30min, no Plenário nº 6.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.